



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FS
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO – NUT

**A Agricultura Familiar e os Equipamentos
Públicos de Segurança Alimentar e
Nutricional no Distrito Federal**

GISELLE SILVA GARCIA

BRASÍLIA – DF

2013

Universidade de Brasília
Faculdade de Ciências da Saúde – FS
Departamento de Nutrição – NUT

A Agricultura Familiar e os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal

Por
Giselle Silva Garcia

Trabalho de Conclusão de Curso da
Graduação de Nutrição da Universidade de
Brasília, sob orientação da Professora
Doutora Elisabetta Recine.

Brasília – DF

2013

Sumário

RESUMO	4
INTRODUÇÃO	5
JUSTIFICATIVA	7
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	8
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	8
AGRICULTURA FAMILIAR	11
CIRCUITOS CURTOS	15
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO	16
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	18
OBJETIVOS	21
OBJETIVO GERAL	21
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
METODOLOGIA	22
RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
TEMÁTICA: COMPREENSÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS	28
TEMÁTICA: SISTEMA ALIMENTAR – CIRCUITOS CURTOS, PRODUÇÃO FAMILIAR, COMPRAS PÚBLICAS E POTENCIALIDADES	38
TEMÁTICA: DESAFIOS	52
TEMÁTICA: PROPOSTAS	56
CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
APÊNDICES	68
ANEXOS	73

RESUMO

O estudo propõe a verificar o atual envolvimento dos gestores públicos e entidades sociais relacionadas aos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) com o incentivo e a valorização da agricultura familiar, a fim de estabelecer uma produção de circuito curto e local de alimentos com elevada qualidade nutricional, culturalmente referenciados e produzidos de forma sustentável no Distrito Federal. Dessa forma, utilizou-se a metodologia desenvolvida por Lefèvre&Lefèvre para construção dos Discursos do Sujeito Coletivo (DSC), sendo para tanto realizadas 5 (cinco) entrevistas: duas com gestores públicos dos Equipamentos Públicos de SAN, uma com um representante local dos agricultores familiares, outra com representante de uma entidade que recebe doação do Banco de Alimentos e com o representante de uma empresa local atuante nos Restaurantes Comunitários. Os resultados apontam engajamento dos sujeitos relacionados à garantia de SAN com a temática, ressaltando a necessidade de reestruturação para um novo modelo hegemônico de produção, de forma paulatina, partindo da modificação inicial da cultura do sistema econômico, além de uma conscientização da comunidade para o tema. Foram vários os obstáculos apontados para a inserção da agricultura familiar no mercado institucional, como as dificuldades de acesso à terra, insumos, escoamento da produção, terceirização dos serviços de alimentação nos equipamentos e burocracias, como demasiadas exigências de documentações e higiênico-sanitárias não condizentes com a forma produtiva de pequena escala. O estudo permitiu concluir que existe um ambiente favorável, mas a discussão da temática ainda é muito incipiente, necessitando-se envolvimento da comunidade acadêmica para novos estudos, incentivando a sociedade civil a participar dos debates para superação dos obstáculos.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Alimentar e Nutricional, circuito curto de produção e consumo, compras institucionais, Banco de Alimentos, Restaurantes Comunitários, agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

Ainda hoje, observa-se um número relevante de indivíduos em situação de fome ou com uma alimentação precária, o que não condiz com a produção mundial de alimentos, aumentada a cada ano. Essa contradição pode ser observada na reflexão proposta por Josué de Castro que já afirmava: "*o fenômeno da fome não é consequência da superpopulação ou decorrente de questões climáticas ou raciais, mas um flagelo construído pelos homens em suas opções políticas e econômicas*" (CASTRO, 2008).

O homem adotou um sistema econômico dominante no mundo capaz de propiciar uma série de ações que contrariam as práticas necessárias para a promoção da qualidade de vida e do bem-estar social. A busca incessante de maior lucro desencadeia, como consequência, um processo de concentração de riquezas e manifestações de mazelas sociais, como a pobreza, a fome, as faltas de informação e educação, que culminam na dificuldade do acesso à saúde em todo o seu âmbito.

O processo produtivo alimentar não se abstém dessa lógica capitalista, que em busca do maior lucro leva à formação de um cenário de superprodução de alimentos, convertidos em commodities, a fim de aumentar-se o número de vendas, conquistado por meio de avanços tecnológicos e mecanização.

A substituição da mão-de-obra pelas máquinas configura uma massa trabalhadora excluída do processo produtivo. Esse cenário caracteriza-se pela redução na renda desses trabalhadores, principalmente àqueles rurais que conformarão mão-de-obra sub ou desempregada, formando número relevante de famílias em extrema miséria no Brasil com dificuldade de acesso aos alimentos de forma regular e adequada.

Para romper com esse ciclo de empobrecimento é necessário modificar o sistema produtor, a fim de inserir essa massa excluída novamente no processo alimentar, fortalecendo sistemas curtos de produção e consumo, já que o fortalecimento destes sistemas requer a valorização da agricultura familiar local. Ao passo que se aumenta a preocupação com as questões sociais que circundam o processo de produção, o sistema

modifica-se, já que as relações sociais determinam o próprio desenvolvimento econômico.

Neste contexto o presente estudo tem o objetivo de identificar as potencialidades e os desafios em estabelecer circuitos curtos de produção e consumo entre a agricultura familiar e os programas e equipamentos públicos de alimentação e nutrição do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA

O presente estudo se propõe a identificar, a partir da perspectiva de gestores, agricultores familiares e entidades sociais relacionadas à garantia de Segurança Alimentar e Nutricional, as potencialidades e os desafios existentes para estabelecer cadeias curtas de produção e consumo que articulem a agricultura familiar aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição do Distrito Federal.

O fortalecimento da agricultura familiar depende, entre outros aspectos, da ampliação de oportunidades para comercialização da produção. A criação de mercado institucional de programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é uma oportunidade para este fim.

Em âmbito distrital, a implementação de um sistema agroalimentar como esse possibilita o fortalecimento da produção familiar e a oferta de alimentos diversificados, contribuindo para a formação de um cenário nacional engajado em uma produção alimentar que favoreça a redução das desigualdades no meio rural, ao passo em que o meio urbano é abastecido com alimentos culturalmente referenciados, promovendo, então, Segurança Alimentar e Nutricional e cidadania, criando, ainda, espaços de controle social.

Na condição de pesquisa, esse trabalho permite, por meio de um estudo prospectivo, um reconhecimento do nível de engajamento dos gestores e das entidades relacionadas aos equipamentos públicos de SAN com o fortalecimento da agricultura familiar e a aquisição de alimentos oriundos dessa produção, a fim de estabelecer, no Distrito Federal, uma rede agroalimentar, pautada nas cadeias curtas de produção, abastecimento e consumo, garantida pelo mercado institucional. Para tanto, identificou-se a existência dos obstáculos a serem superados, bem como possibilidades de enfrentamento dos desafios.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A definição de Segurança Alimentar e Nutricional deve estar em constante construção. É um conceito que evolui na medida em que a humanidade, as organizações sociais e as relações de poder se alteram. Foi após a Segunda Guerra Mundial que a segurança alimentar passou a ser tratada como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos. Nesta época, entendia-se que o motivo da insegurança alimentar, principalmente nos países pobres, decorria da produção insuficiente de alimentos, sendo incentivada a promoção da assistência alimentar, por meio da disponibilização de excedentes produtivos daqueles países mais ricos (ABRANDH, 2010).

Como decorrência da crescente expansão desse pensamento atrelado aos aspectos produtivos é que, no Brasil, realizou-se a chamada Revolução Verde, a fim de garantir-se uma produção suficiente de alimentos, associando-se ao uso de novas variedades genéticas, insumos químicos, que não promoveriam segurança alimentar, tampouco respeito à biodiversidade e qualidade de vida no campo (ABRANDH, 2010).

Foi em 1996 que a mudança na forma de se entender o processo produtivo e o consumo alimentar ofereceu nova dimensão ao conceito de segurança alimentar, findando diferentes objetivos, além de simplesmente prover o alimento. O governo brasileiro junto com centenas de outros países reunidos na Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma, divulga a incorporação da noção de acesso a alimentos seguros, de qualidade nutricional, produzidos de forma sustentável, equilibrada e culturalmente aceitável ao conceito, dando origem à Segurança Alimentar e Nutricional. Neste mesmo encontro firma-se o compromisso de redução pela metade no número de pessoas famintas até 2015 (BELIK, 2003; ABRANDH, 2010).

O conceito atualmente adotado no Brasil sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi definido em 2004, na 2ª Conferência Nacional de SAN realizada em Olinda, Pernambuco (ABRANDH, 2010). Em 2006, a Lei nº 11.346 que estabeleceu o Sistema Nacional de SAN, adotou esta mesma definição, sendo SAN *“a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”* (BRASIL, 2006).

A Segurança Alimentar e Nutricional engloba duas dimensões: a alimentar e a nutricional. A primeira diz respeito desde os processos produtivos até as condições de comercialização e acesso propriamente dito. Já a dimensão nutricional engloba as condições de utilização biológica do alimento, técnicas de preparo, escolhas de consumo, às condições higiênicas e à relação com a saúde, em suma, às condições biológicas, sociais e culturais (ABRANDH, 2010).

A Soberania Alimentar é outro conceito que vem ganhando força, principalmente pela luta dos produtores camponeses, e que tem como principal intuito complementar as dimensões trazidas pela Segurança Alimentar e Nutricional. A soberania alimentar das nações resgata a preocupação com a qualidade dos alimentos, com a origem produtiva e com um sistema produtivo alimentar sustentável interessado no respeito às culturas locais e à valorização do meio ambiente e daqueles que o compõe (CAMPOS & CAMPOS, 2007).

Segundo a publicação feita em 2010 pela Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), *“cada nação tem o direito de definir quais e como serão as políticas públicas de Alimentação e Nutrição do seu próprio país”*. Os povos devem ter garantidos o respeito e a valorização pela prática de consumo de alimentos genuinamente tradicionais da sua cultura e, em acréscimo, o processo deve ocorrer por meio de práticas sustentáveis econômicas, ambientais e sociais (ABRANDH, 2010).

A amplitude que o conceito de SAN abarca permite observar a interdisciplinaridade presente. Vários setores são relacionados e devem estar em consonância com os objetivos de Segurança Alimentar e Nutricional. A economia, a política, os aspectos sociais de garantia ao trabalho, à renda, à saúde, o fluxo de funcionamento da cadeia agroalimentar (desde a produção, abastecimento, comercialização, distribuição, acesso até o consumo) são todos fatores envolvidos nesse processo.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional nº 11.346/2006 cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), determinando a necessidade de o Estado garantir uma política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), definindo a não garantia desse direito como uma ameaça à vida dos cidadãos (BRASIL, 2006). Esse marco cria espaços para a gestão e o monitoramento das ações de SAN com vista a realizar o Direito Humano à Alimentação Adequada, além de prever o controle social e a disponibilização de instrumentos de exigibilidade a esse direito (BURLANDY et al., 2012).

O SISAN visa ainda à universalidade e à equidade no acesso a alimentos adequados, do ponto de vista biológico e cultural, além de preservar a autonomia e a dignidade dos indivíduos e o incentivo à participação popular por meio da formulação, execução e acompanhamento das políticas e planos de Segurança Alimentar e Nutricional em locais como os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) (BRASIL, 2006).

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal nº 4.085/2008 (LOSAN-DF) assume o compromisso com as diretrizes de SAN. Em seu Art. 3º estabelece como objetivos o respeito aos hábitos alimentares locais, principalmente de comunidades tradicionais; a participação permanente de segmentos da sociedade civil no controle de ações e planos de SAN; o apoio à agricultura familiar ecológica; o acesso a alimentos seguros e de qualidade, orientando a população acerca de Alimentação Saudável e valorizando a complexidade que o conceito assume (BRASÍLIA, 2008)

Devido a essa complexidade descrita, foi elaborado o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) de maneira a coordenar o processo de implantação das ações públicas para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. O Plano tem como uma de suas diretrizes o fomento à disponibilidade de gêneros alimentares por meio da consolidação de circuitos locais de produção e consumo, visando facilitar, por meio de um sistema agroalimentar descentralizado, o acesso a alimentos adequados e culturais (CAISAN, 2011).

AGRICULTURA FAMILIAR

Historicamente, a agricultura familiar está presente mais efetivamente na produção a partir de meados dos anos 50, na maioria dos países. Entretanto, em regiões da América Latina, como o sul do Brasil, o norte da Argentina, Uruguai e Costa Rica, o surgimento foi muito mais antigo. A produção familiar, nessas regiões, se deu como resultado, principalmente, de processos de ampliação da fronteira agrícola e ações de Reforma Agrária, conquistados de forma consciente por meio de políticas de redistribuição. Implicou-se, ainda, na identificação de lotes de terra considerados férteis do ponto de vista das necessidades de subsistência das famílias (CHIRIBOGA, 2003).

A agricultura familiar exerce papel importante na produção agropecuária da maioria dos países da América Latina. Tal fato está vinculado à importância que este tipo de produtores dá à subsistência e ao efeito das políticas públicas, que buscaram constituirlos como fornecedores fundamentais de alimentos para as grandes cidades. É visível sua importância, também, na produção de alguns gêneros importantes para a exportação, como o cacau e o café, assim como para o mercado dinâmico de hortaliças e frutas, importantes também para o abastecimento local (CHIRIBOGA, 2003).

O Rio Grande do Sul é o estado do Brasil que apresenta o maior número de unidades agrícolas familiares e permite observar que as produções locais, com maior variedade produtiva de consumo intermediário, associam-se a menores custos e geram

maior renda para o Produto Interno Bruto do país. Já os produtores com menor variedade produtiva focam sua produção em alimentos para exportação, tendo como resultado produção mais custosa, pelos insumos que não são produzidos no interior dos estabelecimentos, o que dificulta a comercialização e gera menor renda ao PIB (FAUTH, 2008).

No Brasil, a Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares, considera-se agricultor familiar àquele que não detenha área maior do que quatro módulos fiscais; utilize mão-de-obra da própria família; obtenha renda mínima relativa às atividades econômicas rurais desenvolvidas; e seja o diretor do seu estabelecimento. São ainda responsabilidades do pequeno agricultor: contribuir para a descentralização, sustentabilidade social, econômica e ambiental, equidade na aplicação das políticas, bem como participação e implementação da Política Nacional em questão (BRASIL, 2006).

Segundo essa mesma definição de agricultura familiar, o censo agropecuário demonstra em termos estatísticos a relevância dessa forma de produção no país. Os dados apresentam que 76,8% do feijão, 83,8% do feijão fradinho, 86,7% da mandioca, 55% do café, 58% do leite de vaca, 67% do leite de cabra, 50% das aves e 59% dos suínos produzidos no país têm origem na produção familiar (IBGE, 2006).

Como se pode observar são várias as atribuições e contribuições do pequeno agricultor para a realização efetiva da Segurança Alimentar e Nutricional no país. O trabalho publicado por Kamimura et al. (2010) demonstra como a agricultura familiar tem papel relevante para a melhoria das condições alimentares em regiões vulneráveis como o Norte e o Nordeste, podendo inclusive romper com a pobreza endêmica. O estudo afirma que esse modelo produtivo é responsável por 80,3 milhões de hectares, correspondendo a um Valor Bruto de Produção de 54.367,7 milhões de reais e além da relevante quantidade produtiva, que fortalece a economia do país (KAMIMURA et al., 2010).

O PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) surgiu em 1995, em resultado da escassez de créditos existentes para os pequenos agricultores rurais. Como resultado de anos de existência do Programa, é visível a ampla dimensão que o PRONAF alcançou, estendendo-se de forma considerável por todo o território nacional, ampliando o montante financeiro, desenvolvendo programas especiais para atender as diversas categorias de agricultores familiares, assumindo a assistência técnica e reforçando a infra-estrutura nos municípios de alcance (GUANZIROLI, 2007).

Por tratar-se de uma Política Pública, é caracterizada por elevados custos e subsídios, devendo ser, portanto, constantemente avaliada para justificar sua existência ou reformulação de suas diretrizes. O crescimento do PRONAF pode ser observado pelo aumento relevante de suas liberações totais. No ano de 2000 a 2005, passou de um investimento de 2.189 milhões de reais para 6.300 milhões (GUANZIROLI, 2007).

Apesar do crescimento notável do programa, ele apresenta suas fragilidades. Uma das principais críticas em relação ao PRONAF é o desvio de foco observado na condução do Programa, afastando-se do objetivo principal que é a distribuição de financiamento em termos regionais e sociais, ou seja, àqueles em desvantagem social e econômica (GUANZIROLI, 2007).

Os recursos têm sido direcionados aos agricultores considerados “detentores de uma produção segura”, por assim entenda, àqueles produtores familiares de soja e fumo, gêneros tradicionalmente encontrados na agroindústria, têm recebido investimentos maiores do que àqueles produtores de arroz e feijão, que são os alimentos produzidos para o consumo do mercado interno, além de um notável domínio de recursos para os agricultores situados no sul do país (visível no início do funcionamento do Programa) (GUANZIROLI, 2007).

O estudo de Guanziroli (2007) aponta que os principais desafios do PRONAF encontram-se com relação à falta de assistência técnica ou a sua baixa qualidade, dificuldade de gerenciamento dos recursos de crédito, falta de visão sistêmica dos técnicos, falta de integração nos mercados, de estrutura de comercialização e agregação

de valor, fatores esses que influenciam negativamente o processo de geração de renda dos agricultores familiares, inviabilizando o reembolso dos empréstimos.

Esse desequilíbrio de financiamento pode ser observado também entre as regiões do país e em outros programas de incentivo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA foi instituído em 2003 pelo Governo Federal com a finalidade de compor mais uma estrutura de combate à fome e à pobreza. Surgiu para o fortalecimento da agricultura familiar brasileira, incentivando a aquisição de produtos agropecuários, bem como a distribuição de alimentos para as pessoas em estado de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional (VAITSMAN & PAES-SOUSA, 2007).

Os agricultores das regiões Sul e Nordeste do país apesar de apresentarem perfis econômicos distintos, possuem dificuldades semelhantes, como a definição do papel das organizações dos agricultores, assistência técnica, transporte e armazenamento da produção, a comunicação do PAA ao envolvimento dos governos locais, além da participação de Conselhos. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, entretanto, levou aos estados a criação de canais potencializadores de comercialização, elevando a renda desses agricultores e sua inserção nos mercados locais, garantindo concomitantemente a Segurança Alimentar e Nutricional nas instituições beneficiárias que recebem doações de alimentos do Programa (VAITSMAN & PAES-SOUSA, 2007).

O foco do PAA é o enfrentamento do principal problema dos agricultores familiares: a comercialização. Nesse sentido, o programa redireciona as políticas públicas correlacionadas com a agricultura familiar, além de trazer a debates os aspectos ambientais, sociais, históricos, políticos e econômicos ligados a essa forma de produção (VAITSMAN & PAES-SOUSA, 2007).

O Programa de Aquisição da Produção da Agricultura Familiar do Distrito Federal (PAPA/DF) segue a mesma lógica de incentivo visando “à aquisição, **por dispensa de licitação, de produtos produzidos por agricultores familiares rurais e urbanos, os demais beneficiários e organizações que se enquadrem nas disposições da Lei**

Federal nº 11.346, de 24 de junho de 2006, bem como povos e comunidades tradicionais e os beneficiários da reforma agrária, para atender à demanda da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal – SEDEST/DF' (BRASÍLIA, 2012), facilitando, dessa forma, a comercialização de produtos da agricultura familiar para as instituições e equipamentos públicos envolvidos na garantia de SAN.

CIRCUITOS CURTOS

Os circuitos curtos de produção caracterizam-se como uma produção alimentar destinada ao autoconsumo e fornecimento local dos gêneros, enquanto que a agricultura familiar produz os alimentos para o próprio consumo e para comercialização regional. Portanto, constitui-se como peça-chave nesse sistema agroalimentar de cadeias produtivas curtas (MALUF, 2004). Compreende-se que os circuitos curtos de produção e consumo tendem a valorizar e respeitar as culturas locais, com um modelo produtivo de valorização da biodiversidade, da sustentabilidade, do desenvolvimento local e da qualidade alimentar.

Em consonância com esse pensamento, nos Estados Unidos militantes do tema defendem que a agricultura sustentável vai além da reflexão sobre o processo produtivo, mas sim sobre a valorização de sistemas econômicos que dialoguem com uma agricultura sustentável (STARR et al., 2003). Um número relevante de movimentos e ideias, norte-americanos, têm convergido, no sentido, de que sistemas locais de produção estão mais atrelados aos conceitos de sustentabilidade ambiental, agricultura sustentável, melhor qualidade e segurança alimentar, além de uma economia mais saudável (STARR et al., 2003).

A agricultura de base familiar é o modelo mais próprio para a efetivação de circuitos curtos de produção, além de constituir-se como a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário, já que ao produzirem e comercializarem, garantem

uma fonte de renda, fortalecendo a economia local ao passo que diminuem as condições de sub e desemprego nas regiões rurais, condição inexorável àqueles sistemas produtivos monopolistas (MALUF, 2004). As atividades desenvolvidas, por um modelo agrário sustentado pela agricultura familiar, estimulam o trabalho, a ocupação e a consolidação de renda, (MALUF, 2004) pressupostos fundamentais para a garantia de desenvolvimento local (STARR et al., 2003). E ao passo que contribui para a melhoria da qualidade de vida no ambiente rural, fornece ao meio urbano alimentos mais nutritivos, diversificados e culturalmente referenciados, em sua maioria, produzidos de forma sustentável, contribuindo, então, para a Segurança Alimentar e Nutricional da população local e regional (MALUF, 2004).

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO

Apesar de todo o entendimento da necessidade de valorização dos sistemas locais de produção e da agricultura familiar, o atual modelo hegemônico produtivo constitui-se como um entrave para a cadeia produtiva de base familiar. O modelo hegemônico, preocupado estritamente com o lucro e em resposta aos movimentos sociais ecologicamente-conscientes, apropriou-se dos produtos orgânicos, frequentemente encontrados nas produções familiares, e o incorporaram como produto agro-industrial, vendendo-os a preços exorbitantes e difundindo a falsa ideia de que orgânico e sustentabilidade são sinônimos (STARR et al., 2003).

Pela forma como se entende produção sustentável e sustentabilidade se sabe que devido às características produtivas de latifúndio e monocultura, que têm impactos sociais relevantes, o agronegócio apesar de produzir orgânicos, não se constitui como produção sustentável e ecologicamente correta. A sustentabilidade está atrelada às noções de localidade e tamanho da área produtiva (STARR et al., 2003).

Visando à superação dos desafios impostos pela concorrência com os grandes produtores, os pequenos agricultores devem estruturar-se por meio de cooperativas ou

associações locais. Dessa maneira, haverá fortalecimento e maior organização dos pequenos agricultores, no sentido de adequar a produção às necessidades locais, possibilitada pelo intercâmbio de experiências e técnicas, podendo gerar, ainda, agregação de valor, devido a possíveis empreendimentos (MALUF, 2004).

Nesse sentido de minimizar o monopólio do agronegócio, existe ainda a possibilidade de o Estado intervir inserindo os pequenos agricultores nos Programas e Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, que se constituirão como grande mercado comprador, além de criar políticas de incentivo à aquisição institucional. Para isso haverá necessidade de o Estado repensar o grau de exigência das legislações higiênico-sanitárias para os produtores familiares, além de também incentivar a redução das burocracias de financiamento dentro dos programas públicos (TRICHES & SCHNEIDER, 2010).

Como exemplo dessa prática possível do Estado, tem-se a Política Nacional de Alimentação Escolar, que obriga a compra de 30% dos recursos repassados do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) às escolas para a alimentação escolar originárias da agricultura familiar, encontrada na Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009).

Os benefícios dessa Política já podem ser observados. No estudo desenvolvido por Belik&Chaim, 2009, avalia-se as formas de gestão das entidades executoras e os recursos destinados do FNDE. A análise permite afirmar que o desenvolvimento local é favorecido com o aumento da aquisição de alimentos da agricultura familiar. Há um impulso na economia, já que a formação de um mercado institucional exige dos produtores certa organização para atender às demandas.

Em consequência, tornam-se fundamentais as iniciativas dos Institutos ou Empresas de Assistência Técnica (EMATER), que auxiliam na capacitação e aprimoramento das técnicas de produção, permitindo maior concorrência no mercado de alimentos tudo pela necessidade de fornecimento às escolas. Belik & Chaim afirmam: *“Dentro desta proposta de inclusão de produção local, o cardápio da alimentação escolar*

acaba resgatando a cultura alimentar regional e também promovendo ganhos em termos nutricionais” (BELIK & CHAIM, 2009).

Outra importante ação advém da orientação e informação sobre as políticas e programas de incentivo aos agricultores familiares. O censo agropecuário de 2006 revela que dos 84,2% de agricultores familiares que não obtiveram nenhum tipo de financiamento 21,8% não o obteve pelo medo de contrair dívidas, 8,5% em decorrência das burocracias de financiamento e 1,5% porque não sabe como conseguir o auxílio (IBGE, 2006).

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O abastecimento alimentar é composto pelas formas com as quais os alimentos são produzidos e distribuídos para a população. Dessa forma, a etapa agrícola constitui apenas como o início desse processo. Para a garantia do acesso, faz-se necessário criar condições para que o alimento chegue ao indivíduo, por meio da oportunidade de renda e existência de estruturas de abastecimento (MALUF, 1999).

Os Equipamentos Públicos de Alimentação & Nutrição configuram-se como estruturas de auxílio para a garantia da alimentação adequada em decorrência da participação que têm na rede de Segurança Alimentar e Nutricional e como ação concreta da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Pela característica descrita, devem contribuir no combate à fome e na garantia de alimentos saudáveis, culturalmente referenciados e seguros visando à promoção da dignidade humana (BRASÍLIA, 2011). Para tal necessitam integrar e articular os diversos setores envolvidos na produção, abastecimento, distribuição e consumo de alimentos (BRASIL, 2012).

No Distrito Federal, o Decreto Regulamentador do Programa “DF sem Miséria” (Decreto nº 33.329/2011) prevê serviços públicos de segurança alimentar e nutricional voltados às famílias pobres e em extrema pobreza, além de assistência social, educação

e saúde por meio de renda, acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva (BRASÍLIA, 2011).

No capítulo II do decreto em questão indica-se como estratégia realizar “*o Direito Humano à Alimentação Adequada mediante o fornecimento, às famílias, de redes de equipamentos públicos de SAN, programas de transferência de renda ou provimento alimentar direto*” (BRASÍLIA, 2011). No Distrito Federal, são considerados equipamentos públicos de SAN os Restaurantes Comunitários e o Banco de Alimentos, ambos integrantes da rede do SISAN/DF e que ampliam o acesso direto ao alimento.

Nesse sentido, os Restaurantes Comunitários são Unidades de Alimentação e Nutrição, que fornecem refeições a preço acessível (1,00 real), devendo garantir a Segurança Alimentar e Nutricional na maior abrangência de seu conceito. Atualmente, o Distrito Federal conta com 13 unidades situadas na região do entorno de Brasília (SEDEST, 2013).

O Banco de Alimentos, também equipamento estratégico de SAN, garante o abastecimento e o combate ao desperdício de alimentos oriundos da cadeia agroalimentar urbana. O Banco de Alimentos distribui produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e articulam os gêneros aos programas de Alimentação e Nutrição, como o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Realizam a doação de alimentos oriundos da Agricultura Familiar ou da Central de Abastecimento (CEASA) às entidades sócio-assistenciais em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional cadastradas para o recebimento dos gêneros (BRASÍLIA, 2011).

O Governo do Distrito Federal tem realizado orientações a respeito da origem dos alimentos a serem distribuídos nos equipamentos públicos de SAN, a fim de complementar políticas e programas já em execução. O governo não obriga a aquisição de produtos da agricultura familiar para os Restaurantes Comunitários e Banco de Alimentos, entretanto, recomenda a aquisição preferencial com o intuito de estabelecer coerências entre os programas. No Decreto nº 33.329/2011, Art. 25 discorre: “Os

alimentos que serão utilizados na rede de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN – e nos programas e ações desenvolvidos no âmbito da Política e do Plano de SAN, deverão ser adquiridos preferencialmente de agricultores familiares do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico – Ride”.

Apesar de a legislação apontar para o fortalecimento de um modelo produtivo específico, os entraves prevalecem e a intersectoriedade exigida pelos programas, continua desarticulada. Os Restaurantes Comunitários e o Banco de Alimentos, como mercados institucionais, tornam-se peças-chaves e importantes a serem incluídas para o fortalecimento das cadeias curtas produtoras familiares.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Identificar a compreensão dos gestores públicos e organizações sociais relacionadas sobre as potencialidades e os desafios para o estabelecimento de circuitos curtos de produção e consumo que vinculem a agricultura familiar e os equipamentos públicos de Alimentação e Nutrição no Distrito Federal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar a atual relação entre a produção agrícola familiar do Distrito Federal (DF) e os equipamentos públicos de Alimentação e Nutrição do Distrito Federal;
- Identificar a opinião dos gestores e entidades associadas aos equipamentos públicos de Alimentação e Nutrição do Distrito Federal sobre a viabilidade e desafios de acesso da agricultura familiar ao mercado institucional;
- Identificar a opinião de representantes das organizações de agricultores familiares sobre a viabilidade e desafios de acesso da agricultura familiar ao mercado institucional dos programas de alimentação e nutrição;
- Identificar alternativas de superação dos desafios apontados pelos gestores e representantes dos agricultores familiares.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em pesquisa descritiva, de abordagem quantiqualitativa conduzida como estudo de caso (RODRIGUES, 2006) em duas etapas.

A primeira etapa consistiu na revisão literária sobre o tema, tendo por finalidade investigar a atual concepção do que são e como funcionam os circuitos curtos de produção e consumo, bem como as potencialidades e desafios da inserção da agricultura familiar e dos circuitos locais de produção nos programas e equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas com gestores dos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal, bem como entidades sociais relacionadas a esses equipamentos, além de associação de agricultores familiares da região.

Parte-se do entendimento de que a entrevista é a técnica mais adequada porque compreende visões diferentes a respeito de um mesmo tema, principalmente, em um contexto marcado por grupos acirrados; caracteriza-se como instrumento capaz de identificar as várias formas de se pensar livre de um pré-conceito ou a falsa crença de que um discurso constitui-se como verdade da realidade. Como posto por Minayo (2010) a entrevista possibilita a “luz e a sombra da realidade”.

O roteiro de entrevista semi-estruturado, segundo Minayo (2010) é o ideal para os pesquisadores pouco experientes, porque ao mesmo tempo em que facilita uma abordagem segura, já que é previamente elaborado, não enquadra as respostas em perguntas específicas, ou seja, possibilita ao indivíduo entrevistado uma abertura para refletir sobre os vários aspectos trazidos pelo tema, garantindo para o pesquisador uma maior riqueza e profundidade das informações coletadas.

As entrevistas foram previamente e preferencialmente marcadas com os sujeitos da pesquisa via correio eletrônico ou, quando necessário, agendadas por telefone.

O roteiro de entrevista semi-estruturado (Apêndice 1) foi comum para todos os sujeitos, permitindo padronização da análise para todas as entrevistas. O questionário está dividido em três blocos de temáticas: Bloco da Segurança Alimentar e Nutricional, Bloco do Circuito Curto de Produção e Agricultura Familiar e o Bloco do Mercado Institucional – Potencialidades e Desafios. O questionário teve por finalidade investigar sob a ótica dos gestores e entidades sociais relacionadas, bem como o próprio segmento de agricultores familiares, a aceitação, a viabilidade e os obstáculos para a estruturação de circuitos curtos de produção, vinculando a agricultura familiar aos equipamentos públicos do Distrito Federal.

A seleção dos indivíduos selecionados foi consonante com a metodologia proposta por Minayo (2010), que pressupõe a escolha daqueles que possuem opiniões mais significativas para o contexto social, possibilitando uma coleta de dados mais fidedigna.

Primeiramente, realizou-se uma entrevista piloto, com uma organização associada ao recebimento de produtos oriundos do Banco de Alimentos, a fim de identificar possíveis inadequações no roteiro semi-estruturado, bem como estimar o tempo despendido para a realização da entrevista, que não deve ultrapassar 2 horas, segundo as recomendações metodológicas para entrevistas na pesquisa qualitativa, indicada por Rosa & Arnoldi (2008). A entrevista-piloto foi degravada, analisada e permitiu orientar a construção das primeiras categorias de análise.

Posteriormente, foram realizadas ao todo 5 (cinco) entrevistas: dois gestores dos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal – Banco de Alimentos e Restaurantes Comunitários –, dois indivíduos de associações relacionadas ao fornecimento de gêneros alimentícios nos Restaurantes Comunitários (empresa) e recebimento de alimentos do Banco de Alimentos (ONG) e um associado à organização de agricultores familiares local. Todos estão inseridos no contexto de promoção de Segurança Alimentar e Nutricional e nos equipamentos públicos de

Alimentação e Nutrição do Distrito Federal, constituindo-se como grupo representativo, permitindo analisar a “lente perceptiva” desse grupo social.

A fim de se minimizar possíveis erros e vieses no estudo, foi elaborado o “Protocolo para Realização da Entrevista” (Anexo 1), de acordo com os erros recorrentes observados em pesquisadores na realização de entrevista para pesquisa qualitativa (ROSA & ARNOLDI, 2008).

A saída de campo foi obedecida conforme a descrição de Minayo (2010), a qual se prevê: apresentação, leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 2), apresentação da credencial institucional e conversa inicial. As entrevistas foram gravadas, com a autorização dos indivíduos entrevistados, por meio da assinatura do TCLE, aceito e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Brasília.

As entrevistas foram degavadas, por meio da transcrição literal dos discursos e então analisadas, conforme a verificação individual de cada discurso, com identificação de expressões-chave e ideias centrais (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2006).

A sistemática de análise permitiu o resgate das opiniões relevantes por meio de um complexo processo que engloba: identificação de expressões-chave e ideias centrais. A expressão-chave se constitui como o trecho que melhor representa o conteúdo do discurso; e as ideias centrais por descreverem o sentido presente, dão origem às categorias discursivas (CARVALHO, 2007).

A ancoragem, parte desse processo, é considerada como *“fórmulas sintéticas que descrevem não só os sentidos, mas as ideologias, os valores, as crenças, presentes no material verbal das respostas”* (CARVALHO, 2007). Esta etapa não foi realizada devido à necessidade de aprofundamento científico sobre a Teoria de Representatividade Social (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2006), a qual exige estudos inclusive na área de lingüística.

Primeiramente, as perguntas foram marcadas com “Cor de Realce do Texto” “verde brilhante” em Microsoft Word®, versão 2007, para diferenciação dos discursos da entrevistadora e entrevistados. Após, foi selecionada uma cor de realce para cada

pergunta do Roteiro Semi-Estruturado, sendo “rosa”, as expressões-chave referentes à questão número 1, “amarelo escuro” as expressões-chave referentes à questão número 2, “vermelho” à questão número 3, “azul” à questão 4, “turquesa” à questão 5, “amarelo” à questão número 6, “cinza 25%” à questão 7, “cinza 50%” à questão 8 e aquelas expressões-chave respondidas em outras questões foram realçadas com cor de texto “azul-petróleo” e entre parênteses foi identificada à qual questão pertencia, os demais discursos foram tachados. Veja quadro explicativo abaixo.

Quadro 1. Ilustra a metodologia utilizada para identificação visual das expressões-chave das entrevistas transcritas.

<p>Entrevistada: Pergunta 1</p> <p>Resposta do Entrevistado: expressão-chave e discurso irrelevante. Resposta da pergunta número dois deslocada. (QUESTÃO 2)</p>
--

Após todas as expressões-chave serem identificadas, definiram-se as categorias de análise do discurso por meio das ideias-centrais (ideias complementares ou similares foram categorizadas no mesmo grupo). As categorias podem ser vistas nas Figuras 1, 2 e 3, abaixo:

FIGURA 1. Classificação das Categorias de Análise do Discurso das Questões 1, 2 e 3 .

Categorias Questão 1	Categorias Questão 2	Categorias Questão 3
<ul style="list-style-type: none">• A – Acesso• B – Alimentos Culturalmente Referenciados• C – Rompimento com o Sistema Hegemônico de Produção• D – Processo Educativo• E – Qualidade Alimentar• F – Aspecto Higiênico-Sanitário	<ul style="list-style-type: none">• A – Não. Dificuldade de Acesso• B – Não. Hábitos Alimentares Atuais• C – Não. Sustentabilidade• D – Não. Agroquímicos• E – Não. Origem Produtiva Desconhecida	<ul style="list-style-type: none">• A – Sim. Valorização Social e Econômica do Produtor• B – Sim. Sustentabilidade• C – Sim. Descentralização Produtiva• D – Sim. Saudável

FIGURA 2. Classificação das Categorias de Análise dos Discursos das Questões 4, 5 e 6.

Categorias Questão 4	Categorias Questão 5	Categorias Questão 6
<ul style="list-style-type: none">• A – Há. PNAE• B – Há. PAPA-DF• C – Há. PAA• D – Não Soube Informar	<ul style="list-style-type: none">• A – Sim. Seria um Incentivo e Consolidação do Progresso• B – Não. Engessa o Mercado	<ul style="list-style-type: none">• A - Melhoria das Condições Sócio-Econômicas do Produtor• B - Qualidade Nutricional nos Equipamentos Públicos• C - Facilidade na Garantia de Acesso• D - Mercado Consumidor Maior e Seguro

FIGURA 3. Classificação das Categorias de Análise do Discurso das Questões 7 e 8.

Categorias Questão 7	Categorias Questão 8
<ul style="list-style-type: none">• A - Logística • B - Dificuldade de acesso à terra e a insumos • C - Ideia de Utopia • D - Burocracia • E - Serviços de Alimentação Terceirizado nos Equipamentos Públicos • F - Recursos Humanos na Gestão do Programa • G - Hegemonia da Agroindústria	<ul style="list-style-type: none">• A - Subsídios financeiros/fiscais/técnicos • B - Reconhecimento da Temática • C - Política de Abastecimento pautada na Agricultura Familiar • D - Organização de cooperativas/associações e de produção • E - Reforma Agrária

As expressões-chave, ideias centrais e categorias foram transferidas para o *softwareQualiQuantiSoft®* versão 1.3c *Build(2)*, que permitiu a construção dos DSC (Discursos do Sujeito Coletivo). Além disso, o *software* é capaz de gerar gráficos de análise quantitativa, a fim de identificar discursos convergentes (de maior frequência ou número de respostas) e os divergentes (de menor frequência ou menor número de respostas). Após análise quantitativa, construíram-se os DSC daquelas categorias mais relevantes para a pesquisa em questão.

Os DCS foram construídos por meio do somatório das expressões-chave de todas as repostas para cada categoria relevante. Dessa maneira, os discursos construídos permitiram o entendimento das percepções do grupo entrevistado sobre o tema, caracterizados como a representação do pensamento coletivo.

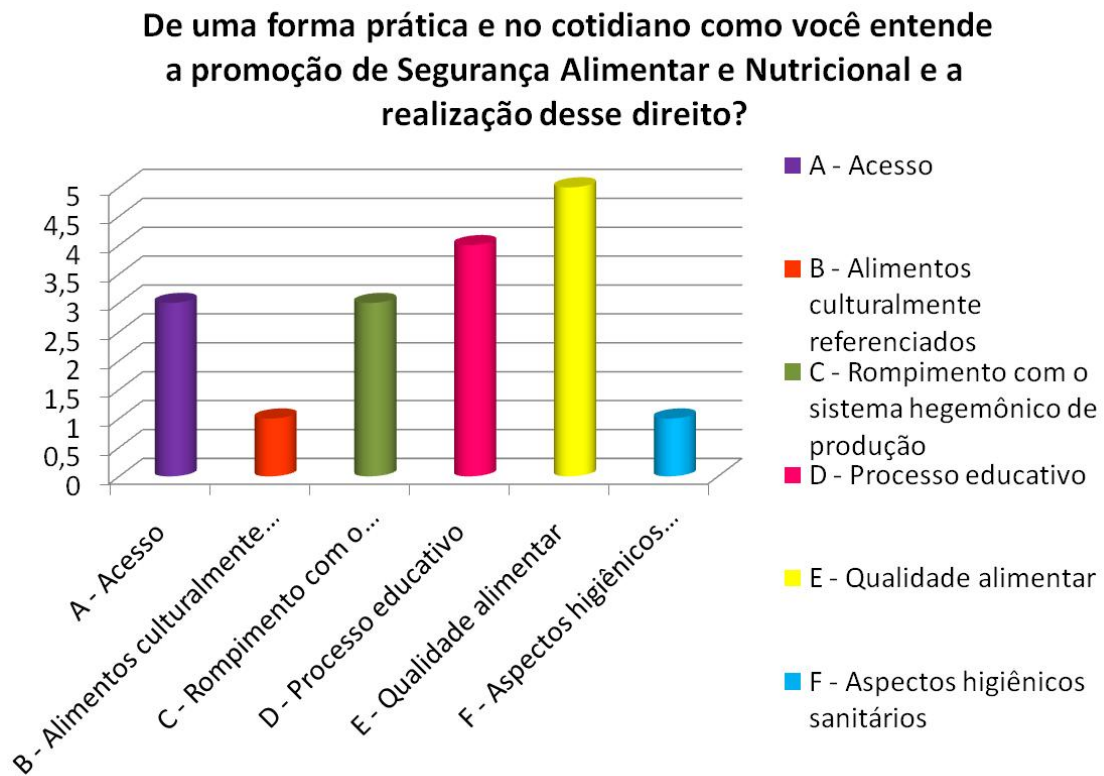
RESULTADOS E DISCUSSÃO

TEMÁTICA: COMPREENSÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS

A abordagem da temática “Compreensão de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)” é contemplada nas Questões 1 e 2 do roteiro semi-estruturado. Identifica, segundo o entendimento dos entrevistados, a compreensão a respeito de como, de forma prática e no cotidiano, podem promover SAN e garantir a realização desse direito. São, também, convidados a refletir sobre a prevalente forma de produção de alimentos no Brasil e a adequação desse sistema segundo as proposições que o conceito abordado traz.

Abaixo se encontra o resultado quantitativo da Questão 1 representado pelo número de respostas obtidas (n=17) por cada categoria e a legenda das categorias definidas.

FIGURA 4. Gráfico com os resultados do número de respostas obtidas por categoria definida da Questão 1.



A análise quantitativa permite observar que as Categorias A, C, D e E apresentaram alta frequência, configurando a convergência de pensamentos similares nessas categorias. Devido ao resultado encontrado foram construídos os DSC, localizados abaixo.

Categoria A - DSC: “[...] Do ponto de vista do local onde eu trabalho, a gente tá focado, principalmente, na dimensão do acesso, é garantir o acesso das pessoas a uma alimentação saudável, entendendo que tem outras dimensões envolvendo a Segurança Alimentar e Nutricional. As pessoas terem acesso à alimentação adequada, por um preço acessível, é uma dimensão super importante da SAN e do Direito Humano ... Não é uma coisa só focada no micro, tem que pensar o alimento numa coisa muito macro, que tem que chegar a todos. [...]”

Categoria C – DSC: “[...] O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil é bem completo, eu entendo que falar em Segurança Alimentar e Nutricional significa falar do sistema agroalimentar todo, de como é que nós produzimos o alimento, tem toda uma reflexão sobre a produção de alimentos, questões relacionadas à diversidade desses alimentos, à qualidade desses alimentos estruturação dos circuitos locais de produção de alimentos. A Segurança Alimentar tem que passar pelos produtos agroecológicos e agroflorestais. Isto é, o orgânico ele pode ser produzido numa propriedade que tem trabalho escravo, então se você tem isso, do ponto de vista físico, ele pode te dar saúde, mas do ponto de vista social ele está tirando a saúde e a vida de outras pessoas. O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, ele tem que levar em consideração o desenvolvimento sustentável, os produtos produzidos na região, na comunidade, projetos de sustentabilidade na questão toda do trato com o lixo, com as sobras. Ele tem que levar em consideração a ausência de elementos químicos, de agroquímicos, tem que levar em consideração a função social da propriedade, da terra onde é produzido, o mercado justo e solidário. [...]” (Grifo nosso)

Categoria D – DSC: “[...] A promoção tá muito, ao meu ver, orientada às questões de reeducação alimentar, de mudanças de hábito. A principal tarefa é o processo de educação e capacitação. Educação Alimentar e Nutricional e Educação Ambiental, orientada à conversão da agricultura tradicional nos assentamentos, nas comunidades da agricultura familiar, numa agricultura sustentável com o uso de práticas adequadas à questão da preservação do solo, à preservação das fontes, à recuperação de áreas degradadas, à utilização de sementes crioulas

pra evitar o transgênico respeitando os animais e o meio ambiente, que são componentes do meio ambiente e a questão social, o respeito ao direito, esse respeito às pessoas e o processo de comercialização. [...]"

Categoria E – DSC:*"[...] Eu entendo que o conceito de Segurança Alimentar ele é amplo. No conceito convencional Segurança Alimentar e Alimentação Saudável é aquela que tem uma Certificação Alimentar. A gente procura sempre atender da melhor forma de qualidade, em questão de variedade dos alimentos, acesso à alimentação adequada, foco na busca de alimento saudável. Não é só a questão de matar a fome, é a questão de você saber nutrir o seu corpo pra que você não tenha determinadas doenças e também doenças associadas, que a gente sabe que pode ocasionar. Mudanças de hábito focada muito no aumento do consumo de frutas, verduras e legumes. A qualidade é um tema interessante também porque envolve uma questão bastante em debate hoje, que são resíduos de agrotóxicos. [...]"*

De acordo com o resultado quantitativo, percebe-se uma predisposição dos entrevistados a entenderem a Segurança Alimentar e Nutricional como reflexo da qualidade dos alimentos ofertados e consumidos. No DSC, os entrevistados associam o consumo adequado de alimentos e a promoção de saúde, no sentido de evitar-se o desenvolvimento de doenças associadas à má alimentação. Acreditam que a SAN pode ser garantida pela mudança no hábito de consumo, por meio da inserção de horti-frutis e verduras na alimentação, entretanto, feita de forma livre de resíduos de agrotóxicos.

Tal entendimento está em consonância com a dimensão nutricional, e mais recente, garantida no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional à qual prevê a escolha e o consumo de alimentos saudáveis e adequados, a fim de promover saúde. Como alimentação adequada entende-se alimentos apropriados para os padrões

alimentares, livres de substâncias adversas em níveis superiores aos pré-estabelecidos pela legislação nacional e pelos padrões internacionais, como exemplos estão toxinas, poluentes resultantes de processos agrícolas e industriais e inclusive resíduos de drogas veterinárias (promotores de crescimento e hormônios) (ABRANDH, 2010).

O segundo elemento mais comentado é a prática da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) (Categoria D – Processos educativos). A maioria dos entrevistados acredita que para garantir-se SAN é necessário partir de orientações de mudanças de hábitos alimentares, além de uma agricultura tradicional para uma agricultura sustentável, a fim de contemplar o respeito pelo ambiente e pelas relações sociais.

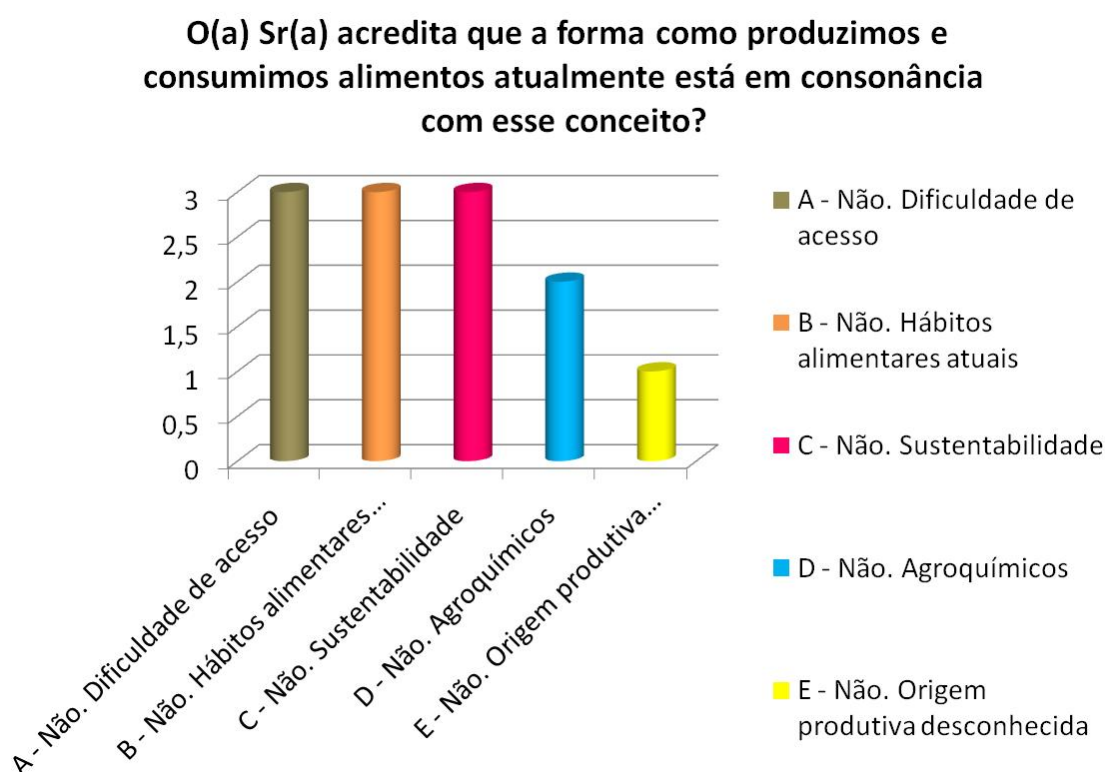
A estratégia apontada pelos entrevistados foi a capacitação que pode ser enquadrada dentro do conceito de EAN como uma forma de “recurso educacional ativo”. Segundo o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, publicado em 2012, “**Educação Alimentar e Nutricional**, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar” (MDS, 2012).

As categorias A e C, acesso e rompimento com o sistema hegemônico de produção, respectivamente, são entendidas como duas outras importantes estratégias para a garantia de SAN. A primeira refere-se à dimensão alimentar do conceito, que considera o acesso físico e econômico, desde os anos 80 no Brasil. A segunda categoria faz referência a um novo conceito: o da Soberania Alimentar incorporado com a finalidade de complementar o conceito de SAN (ABRANDH, 2010). Tais resultados

demonstram a forma como estão, os gestores e entidades sociais relacionadas à garantia de SAN, atualizados com relação aos conceitos e dimensões trazidas.

Abaixo se encontra o resultado quantitativo da Questão 2 representado pelo número de respostas obtidas (n=12) por cada categoria e a legenda das categorias definidas.

FIGURA 5. Gráfico com os resultados do número de respostas obtidas por categoria definida da Questão 2.



A análise quantitativa permite observar que as Categorias A, B, C e D apresentaram alta frequência, configurando a convergência de pensamentos semelhantes. Os DSC das categorias citadas encontram-se abaixo:

Categoria A – DSC: “[...] *Eu não tenho dúvidas de que não. Tá muito distante ainda, embora, particularmente, no Brasil a gente tenha tido muitas conquistas por conta de parcerias que se deram do Governo*

com a Sociedade Civil, do trabalho do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, mas eu acho que ainda falta muito. A gente ainda tem muitas temáticas que ainda precisam evoluir na questão da qualidade dos alimentos, do próprio acesso. Temos do produtor ao fornecedor uma caminhada muito grande, se perde muito na estrada. Nós também temos muitos alimentos desaparecidos, porque o agronegócio transformou este alimento numa commodity ou num sistema de produção que tirou ele daqui. [...]

Categoria B – DSC: *“[...] A criança ela já é induzida a consumir um hábito que não é nosso e automaticamente a grande maioria da população, ao invés de comer uma salada, pede um hambúrguer, ao invés de comer uma tapioca, pede um recheado. Hábitos alimentares de consumir muito alimento fora de casa, de consumir muito fast-food, isso tem aumentado bastante. Então, esse nosso hábito alimentar dialoga (ênfase) com um sistema agroalimentar do agronegócio, da grande multinacional, da grande cadeia agroalimentar, se sobrepõe às nossas origens da cultura indígena. Essa cultura foi desaparecendo e dando lugar a uma cultura trazida de fora que não contribui para a Segurança Alimentar. Somos ainda muito influenciados pela propaganda enganosa e publicidade excessiva de um alimento com teor excessivo de sódio, de gordura nos alimentos. [...]*

Categoria C – DSC: *“[...] Não (veemência). A resposta é tão imediata... O hábito do povo brasileiro, que não é diferente do DF, é um hábito convencional. O hábito histórico do desmatamento, o hábito histórico do descuido com a natureza, tanto com a fonte da água, quanto com o solo, com a flora e a fauna. Nós incorporamos em função da grande*

mídia hábitos que não são nossos. Eu acho que tem muita falha. Eu acho que percorre um grande caminho o transporte e nesse caminho tem grandes desperdícios de alimentos. A gente freqüenta muito a CEASA e a gente vê um desperdício muuuuito grande de alimentos. Da questão da sustentabilidade, ainda falta muuuuito pra se caminhar. Nós temos grandes latifundiários que não pensam na qualidade, mas na quantidade e no lucro e isso aí, influencia bastante. Não que a quantidade em si, ela não é necessária, não que o lucro em si não seja necessário, porém nós temos que caminhar um pouco mais. [...]"

Categoria D – DSC: *"[...] Não. Ali tem produtos químicos de toda a diversidade pra inflar o frango e ele chegar na mesa o mais rápido possível, pra garantir o retorno econômico. Tem a grande quantidade, mas que não preza pela qualidade. A produção de todos os países e do Brasil é pra vender pra fora, pra alimentar os animais e o que retorna, retorna adulterado de uma forma insustentável, insalubre e não saudável. A forma, o conteúdo do processo de produção, pra nós o alto grau, o alto índice de agroquímico compromete a saúde do produto e compromete a saúde de quem o ingere. [...]"*

A totalidade dos entrevistados acredita que o atual sistema produtivo e consumo de alimentos agride as dimensões contempladas no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. Dessa maneira, para se ter um maior aprofundamento dos discursos, a Categoria "Não" foi subdividida em "Não. Dificuldade de acesso", "Não. Hábitos alimentares atuais", "Não. Sustentabilidade", "Não. Agroquímicos" e "Não. Origem produtiva desconhecida". Sendo as quatro primeiras categorias, as mais respondidas.

Os entrevistados identificam o acesso como um dos atuais entraves do sistema produtivo para contribuir na garantia Segurança Alimentar e Nutricional. A atual forma de

abastecimento alimentar das cidades ocorre por meio do transporte de alimentos por longos trajetos, o que desencadeia um aumento no preço dos produtos, além de contribuir para o aumento do desperdício. Para Maluf (1999), o apoio aos circuitos regionais de produção e distribuição desencadeia a criação de oportunidades de trabalho e renda para os pequenos agricultores locais, ao passo que valorizam alimentos regionais e diferenciados, tendo impacto positivo nos custos de transporte (MALUF, 1999) e no consumo de alimentos com qualidade.

O hábito alimentar atual, apontado, também é um fator determinante da insegurança alimentar e nutricional. O consumo do brasileiro hoje perpassa pelo hábito de ingestão de alimentos não-saudáveis e altamente calóricos. Os dados da POF – 2008/2009 (Pesquisa de Orçamentos Familiar) revelam que os alimentos marcadores de uma alimentação não-saudável, rica em açúcares, gorduras e sódio, são os *fast-food*, doces (biscoitos recheados) e os refrigerantes e estão associados aos maiores valores de consumo energético da população (POF, 2011).

Devido à urbanização acelerada, os produtos do mundo inteiro se misturaram e transformaram de forma progressiva os hábitos alimentares. Os impactos desse padrão alimentar são sentidos nas classes mais pobres e mais vulneráveis, que por não terem muita informação, são os mais atingidos pela propaganda e pelas estratégias de marketing (MALUF, MENEZES e MARQUES, 2002).

O elevado consumo de industrializados, como apresentado, associa-se a forma produtiva. A indústria de alimentos, hoje muito forte, incentiva, por meio do marketing, o consumo de alimentos não recomendados para a garantia de saúde e prevenção de doenças e agravos crônicos não-transmissíveis.

Pode-se fazer referência, ainda, à forma como o atual sistema produtivo, modula a comercialização dos alimentos. De fato, observa-se a conversão de alimentos em commodities, moeda de troca no mercado internacional. Isso se deve ao nível e ao perfil de demanda dos alimentos influenciarem a produção (etapa agrícola), já que a produção

se orienta cada vez mais pelo delineamento dos padrões de consumo e, principalmente, pela repercussão desse modelo no mercado alimentar (MALUF, 1999).

Outro aspecto fundamental trazido pelos entrevistados foi categorizado em separado da questão “sustentabilidade”, a fim de enfatizar o discurso a respeito dessa temática tão atual. A ABRASCO elaborou o Dossiê – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde – com o intuito de orientar à população sobre a preocupação expressa de *“enfrentar a insegurança alimentar e nutricional, por meio da reprimarização da economia, a fim de repensar a expansão das fronteiras agrícolas para exportação de commodities, da afirmação de modelo de modernização agrícola conservadora e da monocultura químico-dependente”* (ABRASCO, 2012).

Indica, de forma consonante com o discurso expresso, que *“as culturas de exportação, monoculturas de soja, milho, algodão, eucalipto e cana-de-açúcar, vêm ocupando cada vez mais terras agricultáveis, com intuito de alimentar apenas o ciclo de agrocombustíveis, celulose, ferro-aço, ao invés de pessoas, avançando sobre o bioma do cerrado e da Amazônia, impondo limites à forma de vida e de produção da agricultura camponesa”* (ABRASCO, 2012).

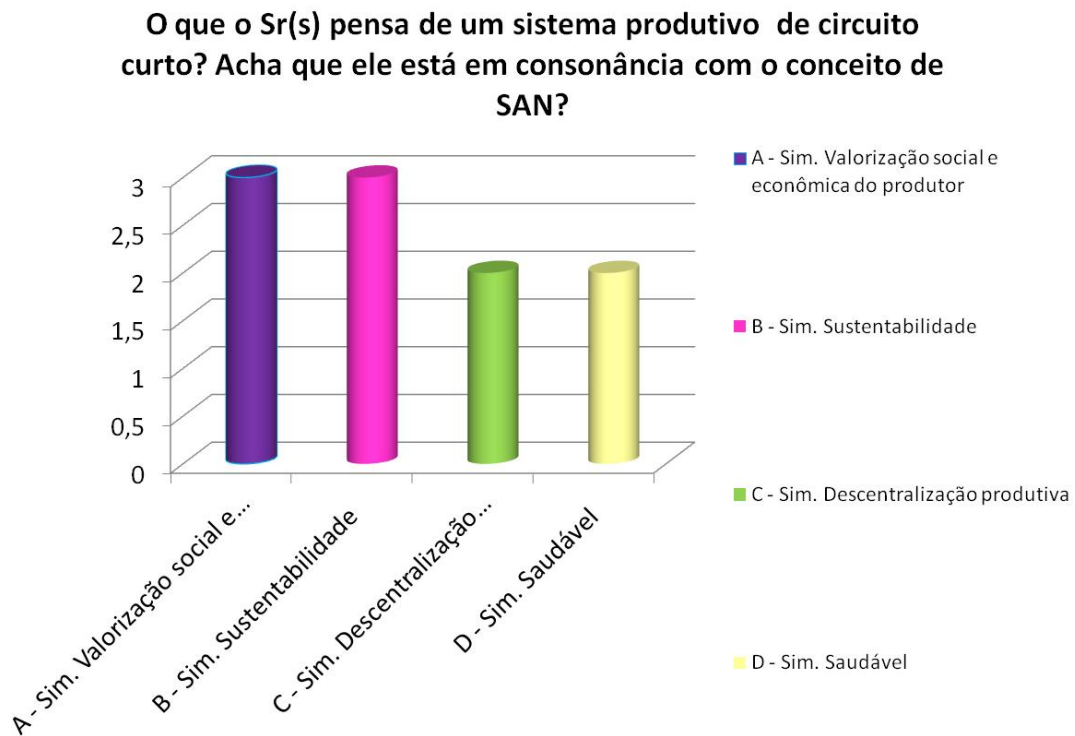
Dessa maneira, a produção brasileira de alimentos encontra-se cada vez mais vinculada ao uso de agrotóxicos e de fertilizantes químicos. O Dossiê traz informações do período de 2002 a 2011, o qual demonstra que os alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros, como o arroz, o feijão e a mandioca, ocupam a mesma área de produção, enquanto que as monoculturas, de milho, soja, algodão e sorgo, expandiram suas áreas de produção e exportação, ao passo que no Brasil, houve um aumento crescente no número de agroquímicos utilizados. Essa situação vai de encontro com a lei que regulamenta o uso de agrotóxicos e, muitas vezes, é sustentada por pesquisas científicas as quais são induzidas a renegar as nocividades possíveis e os efeitos negativos à saúde, ao meio ambiente e à segurança alimentar e nutricional (ABRASCO, 2012).

TEMÁTICA: SISTEMA ALIMENTAR – CIRCUITOS CURTOS, PRODUÇÃO FAMILIAR, COMPRAS PÚBLICAS E POTENCIALIDADES

A abordagem da temática “Sistema Alimentar – Circuitos Curtos, Produção Familiar, Compras Públicas e Potencialidades” é contemplada nas Questões 3, 4, 5 e 6 do roteiro semi-estruturado. Objetiva compreender a percepção dos entrevistados sobre a relação dos circuitos curtos locais com o conceito de SAN, sobre as estratégias estatais ou distritais de orientação à compra da agricultura familiar, reflexão sobre a necessidade de criação ou modificação da legislação a fim de que se recomende a compra da agricultura familiar, além do apontamento de possíveis potencialidades ou vantagens em se promover a inserção de um circuito curto local, pautado na agricultura familiar, nos mercados institucionais como os equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal.

Abaixo se encontra a Figura 6 com os resultados quantitativos referentes à Questão 3, que questiona sobre a valorização de circuitos locais de produção em prol da Segurança Alimentar e Nutricional. O número total de respostas obtidas foi de n=10. O gráfico pode ser visualizado abaixo.

FIGURA 6. Gráfico com os resultados do número de respostas obtidas por categoria definida da Questão 3.



A análise quantitativa permite observar maior convergência e equivalência do número de respostas nas Categorias A e B e número de discursos equivalentes nas Categorias C e D. Abaixo se encontram os DSC construídos, apenas das Categorias A e B em virtude da maior convergência.

Categoria A – DSC: “[...] *Eu acredito que sim. Eu acho que tá em consonância total esse tipo de ação de circuito curto local, também... ele favorece nesse sentido de construir, de fortalecer, essa contra-cultura na alimentação. E eu acho que a gente só tem a ganhar, se quanto mais a gente conseguir se aproximar desse modelo e resgatar um sistema de produção e consumo mais eficiente, mais lógico, que tem impactos sociais muito fortes. Eu diria que o principal componente, é o impacto econômico, ele é o centro da concepção de uma Política de Desenvolvimento Econômico... diminua a distancia da produção e do*

consumo, eu entendo que é uma concepção de desenvolvimento econômico. Eu acho que o circuito curto seria ideal, pra começar ia diminuir bastante o custo da matéria-prima e o lado social seria gerar emprego na região e esses agricultores familiares teriam o sustento garantido e o próprio desenvolvimento regional. [...]”

Categoria B – DSC: *[...] Sim. Eu acredito que sim. Desde que sejam incorporadas práticas sustentáveis, se você mantém o sistema convencional, de produção, e você cria o circuito curto de produção, você apenas introduziu uma novidade. Você introduziu uma coisa boa, mas a base permanece a do agronegócio. Eu acredito que a produção familiar tem menos agrotóxico, de certa forma, ela se aproxima um pouco mais das possibilidades de fazer uma agricultura orgânica, de não usar transgênico, de valorizar as sementes tradicionais... É tudo que pode mais se aproximar do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse conceito, eu defendo como concepção de estruturação, de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, de estruturação de um sistema agroalimentar mais justo, eu estou deixando de drenar os meus recursos, desta economia local, e enviá-lo pra fora... além de ser uma concepção de desenvolvimento, de organização de um sistema de produção e consumo mais eficiente. [...]*”

A totalidade dos entrevistados acredita que um sistema agroalimentar caracterizado como circuito curto de produção e consumo está vinculado ao que seria uma cadeia promotora da Segurança Alimentar e Nutricional. Dessa forma, subdividiu-se a Categoria “Sim” em: “Sim. Valorização social e econômica do produtor”, “Sim. Sustentabilidade”, “Sim. Descentralização produtiva” e “Sim. Saudável”. Observa-se que os entrevistados, em sua maioria, acreditam que a valorização social e econômica do

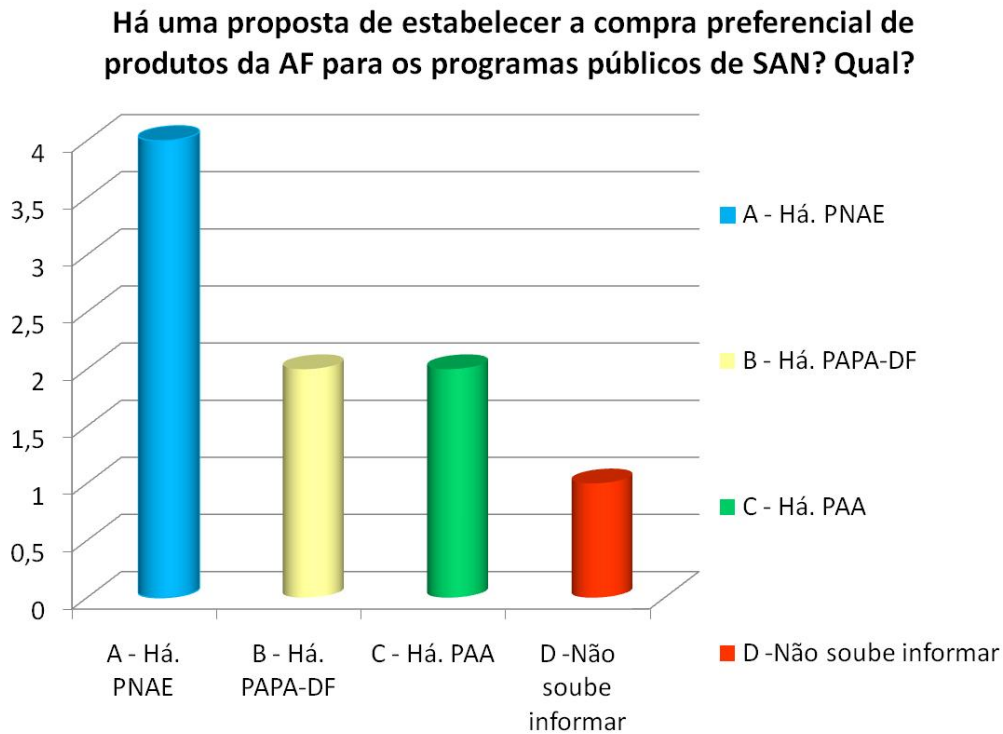
pequeno agricultor e a sustentabilidade, existente em sua forma de produção, são os aspectos mais presentes, quando se trata de refletir sobre o estabelecimento de circuitos locais para a garantia de Segurança Alimentar e Nutricional.

O pensamento acima descrito é consonante com a produção científica sobre a temática. Um artigo publicado na revista “Journal of Rural Studies”, realizado no Reino Unido, por meio de entrevistas com indivíduos de cinco localidades distintas, sendo duas do meio rural e três do meio urbano, declararam que, por ordem de importância, os motivos que os conduzem à escolha dos alimentos são: qualidade (gosto, alimento fresco e aparência), depois a questão do acesso (custo e conveniência ou proximidade) e, como menor importância, a imagem (embalagem e marca do produto). As questões relacionadas à saúde e ao bem-estar do animal e questões ambientais foram consideradas de elevada relevância, enquanto que a produção de orgânicos foi considerada de baixa relevância. Para os entrevistados da área rural, a maior preocupação concerne ao conhecimento da origem do produto e se o alimento é local (WETHERELL, TREGGAR e ALLINSON, 2003).

Pode-se observar que em ambos os discursos, a temática sustentabilidade ambiental está presente. Existe uma forte associação entre qualidade alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e a rastreabilidade do produto, ou seja, a possibilidade de conhecimento da origem do alimento. Nos DSC das duas categorias, os entrevistados enfatizam a necessidade de afastamento do atual modelo produtivo, para que o circuito curto ganhe característica intrínseca e associativa aos preceitos de SAN.

A seguir é apresentada a Figura 7, com o gráfico referente à análise quantitativa da Questão 4. São apresentados os números de respostas (n=9) de cada categoria definida.

FIGURA 7. Gráfico com os resultados do número de respostas obtidas por categoria definida da Questão 4.



Pode-se concluir que 80% dos entrevistados reconhecem o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) como um programa que já faz a aquisição da agricultura familiar e 20% dos entrevistados não sabem de nenhum programa que faz a aquisição recomendada. Pela elevada frequência de respostas na Categoria A, foi elaborado o DSC abaixo, seguido dos DSC das Categorias B e C.

Categoria A – DSC: “[...] Existe o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, que adota essa concepção: comprar da Agricultura Familiar sem licitação. A gente percebe que o Estado entendeu que é necessário atuar nesse campo de garantir que: o que for produzido na agricultura familiar e na reforma agrária, 30%, 40%, 50%, pode chegar a 100, mas não pode ser menos que 30, possa ser comercializado para o atendimento das demandas públicas e formação de estoques na área da Segurança Alimentar. [...]” (Grifo nosso)

Categoria B – DSC: “[...] Temos aqui no Distrito Federal, o Programa de Aquisição da Produção Agropecuária - o PAPA-DF, que é um programa de aquisição institucional da agricultura familiar que ele possibilita, mas ele não obriga. [...]”

Categoria C – DSC: “[...] Sim. O PAA foi o primeiro, a primeira experiência tocada aí pela CONAB, o segundo o PNAE. Existe vários programas, começa com o PAA à nível nacional que propiciou, estados e municípios, órgãos públicos a fazerem aquisições diretamente da Agricultura Familiar. [...]”

Conforme traz no estudo de Triches & Schneider (2010), até 2009, os recursos utilizados em compras públicas deveriam ser licitados, de forma obrigatória. Esse fato constituía-se como um importante entrave para a agricultura familiar se inserir no mercado dos programas públicos. Entretanto, é função do Estado promover o incentivo de uma cadeia agroalimentar que, na sua forma intrínseca, é vinculada à promoção de saúde e de qualidade nutricional (TRICHES & SCHNEIDER, 2010).

Nesse sentido, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) agrega à sua legislação uma forma de inserção da agricultura familiar na alimentação escolar e lança mão da burocracia licitatória, por meio da aquisição direta. O DSC da Categoria A encontra-se em acordo com o histórico da criação do PNAE, com todos os seus obstáculos e superações. É o modelo mais referenciado pelos entrevistados, por ser o primeiro programa que realiza a conexão de diferentes setores da política pública, como o campo do abastecimento (agricultura familiar) e a educação (Ministério da Educação). Devido à intersectorialidade (TRICHES & SCHNEIDER, 2010) é que o programa é tão popular e notável de acordo com a frequência de respostas obtidas.

O PAPA-DF (Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - DF) é o programa mais recente, que de fato possibilita, mas não obriga a aquisição institucional de produtos da agricultura familiar. A Lei nº 4.752, 7 de fevereiro de 2012, garante “a aquisição direta de produtos agropecuários e extrativistas, in natura ou manufaturados, e de artesanato produzidos por agricultores ou suas organizações sociais rurais e urbanas, por povos e comunidades tracionadas e pelos beneficiários da reforma agrária”, ainda “a aquisição dos produtos de que trata este artigo fica dispensada de licitação, desde que os preços não sejam superiores ao de mercado” (BRASÍLIA, 2012).

O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) está inserido dentro da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) compra os alimentos produzidos pelos grupos formais de agricultores familiares e os entrega em instituições cadastradas, como creches, escolas, hospitais associações comunitárias ou para aquelas populações em vulnerabilidade social. O programa é intersetorial, já que implica a articulação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MULLER, 2007).

Os entrevistados, de uma forma geral, demonstram ter conhecimento dos programas e políticas de inserção da agricultura familiar nos programas distritais e também federais.

A seguir é apresentada a Figura 8, com o gráfico referente à análise quantitativa da Questão 5. São apresentados os números de respostas (n=5) de cada categoria definida.

FIGURA 8. Gráfico com os resultados do número de respostas obtidas por categoria definida da Questão 5.



O gráfico acima permite observar que 80% (n=4) dos entrevistados acreditam que é necessária a criação de legislação recomendando a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar para os equipamentos públicos de Alimentação & Nutrição do Distrito Federal, promotores de Segurança Alimentar e Nutricional para entidades e indivíduos em situação de vulnerabilidade social e insegurança. Enquanto que 20% (n=1) acreditam que não é necessária uma implementação de lei para o fortalecimento do pequeno agricultor. Os DSC das Categorias A e B podem ser observados em seguida.

Categoria A – DSC: “[...] Sim. Com certeza! Isso é fundamental. Eu acho que a lei pode dar suporte... com certeza seria um incentivo. Criar leis é necessário sim, mas acima de fazer a legislação, cumprir a legislação. Porque se eu não cumpro a legislação fica a lei morta, então é necessário que a sociedade fiscalize, no sentido assim de monitoramento. Tem que criar lei específica até pra amarrar essa questão do direito, porque se eu não amarro direito na lei, fica solto. Tem que ser cumprida por todos os atores: o gestor público, aquela que

está fornecendo. Essas legislações, elas têm que cada vez mais serem fortalecidas, os marcos legais, as regras, numa perspectiva de consolidação pra que isso não retroceda. Na verdade, pra que essas mudanças legais, elas se transformem em políticas de Estado e não só em políticas de governo. [...]”

Categoria B – DSC: *[...] Eu acho que não seria nem necessário uma lei (ênfase) pra isso, porque talvez isso aí você engessasse até a questão da oferta e da procura. [...]*”

Pelos discursos realizados, entende-se que a maioria dos entrevistados associa a criação de leis e legislação, pautada no abastecimento da agricultura familiar para os programas e equipamentos públicos de alimentação, como um incentivo e fortalecimento desse sistema produtivo, além de configurar como um marco histórico de avanço e progresso na questão do Abastecimento & Segurança Alimentar e Nutricional. Entende-se que os entrevistados avaliam a legislação do ponto de vista do beneficiamento da agricultura local, ao passo que predispõe tendência em avaliar positivamente essa ação.

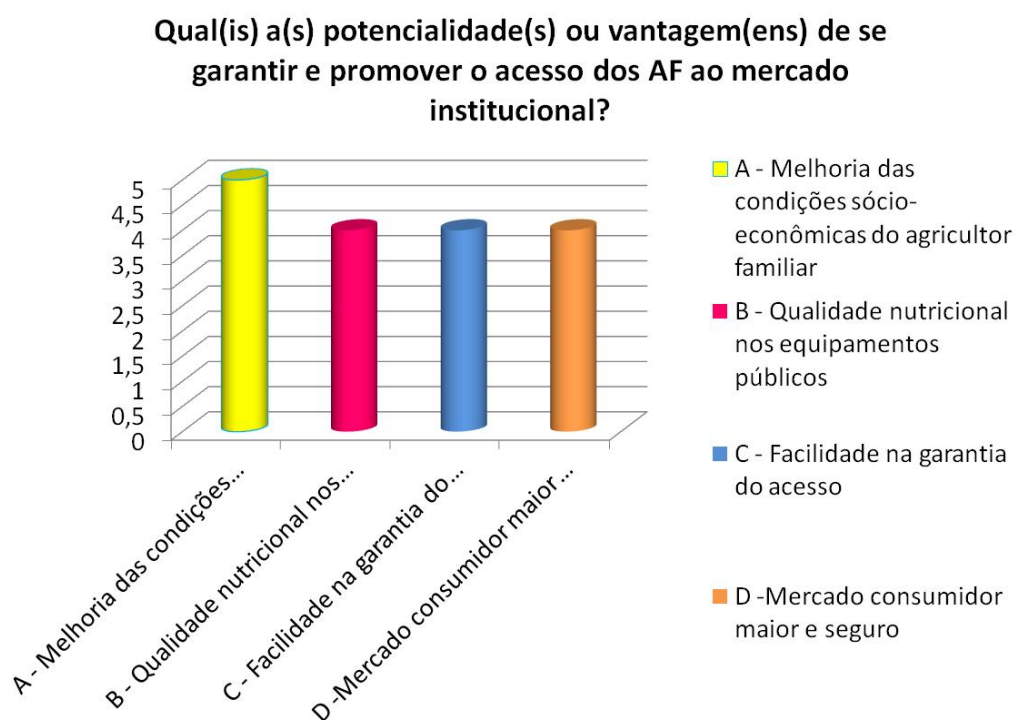
O entrevistado que avalia negativamente a criação de legislação para pautar o abastecimento dos programas e equipamentos públicos com gêneros originários da agricultura familiar local, possui uma predisposição a avaliá-la do ponto de vista das leis regentes do mercado (como a oferta e a procura), configurando-se uma visão estritamente econômica.

Triches & Schneider (2010) afirmam que após um estudo prospectivo do PNAE, é possível avaliá-lo como *“grande potencial para uma política de caráter estruturante, já que possibilita a aquisição de gêneros alimentícios de produtores locais, gerando renda e beneficiando os pequenos agricultores. No entanto, no que se refere à efetivação dessa política no nível local, poucas iniciativas tinham sido observadas até a obrigatoriedade legal”* (TRICHES & SCHNEIDER, 2010), o que sustenta a hipótese de que a criação de

leis seria fundamental para a inserção de uma nova cultura referente à relação entre produção de alimentos, sustentabilidade social, econômica e ambiental e Segurança Alimentar e Nutricional.

Abaixo se encontra o resultado quantitativo da Questão 6, Figura 9, representado pelo número de respostas obtidas (n=17) por cada categoria e a legenda das categorias definidas.

FIGURA 9. Gráfico com os resultados do número de respostas obtidas por categoria definida da Questão 6.



A totalidade dos entrevistados acredita que a grande potencialidade de se promover a inserção dos gêneros alimentícios, oriundos da agricultura familiar, nos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal, é a melhoria das condições sócio-econômicas do agricultor local, Categoria A. Depois estão a qualidade nutricional nos equipamentos públicos, a facilidade na garantia do acesso e

mercado consumidor maior e seguro. Abaixo se encontram os Discursos do Sujeito Coletivo de todas as categorias nomeadas.

Categoria A – DSC: “[...] O primeiro benefício que você que vai comprar, é você saber que aquele produto está sendo produzido por uma família de pessoas simples, mas que a partir daquela produção construiu a dignidade. De mantê-lo no campo, de ele se sentir co-responsável pela Política Pública que tá se construindo, se enxergar ali como contribuinte dessa história toda. Deixou de tá dormindo embaixo da ponte, deixou de tá pedindo no sinal, deixou de tá acampando e ocupando a Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura. Estaria gerando emprego e renda pra população e, as empresas [que ocupam os Restaurantes Comunitários] trabalhando com um custo menor, pode vender por um preço menor [a refeição] e acaba beneficiando, de um modo geral, a todo mundo. Eu acho que são só vantagens trabalhar com um mercado institucional. Vai ter um ganho maior pro pequeno agricultor, vai ter um envolvimento maior da comunidade naquele processo, uma responsabilização. Ele vai poder crescer, vai poder se especializar, vai poder produzir um alimento cada vez com mais qualidade e da mesma forma um papel importante de prover o sustento daquela comunidade ali criando esse laço mais forte ali, de auto-valorização daquela comunidade. A vantagem pros agricultores de programas desta natureza é a garantia de renda de manter uma qualidade de vida, de tirar da situação de miséria, de proteger as gerações futuras. [...]” (Grifo nosso)

Categoria B – DSC: “[...] Na escola pública existe a tomada de preço, mas comprar o alimento da agricultura familiar, melhora a merenda escolar. A principal questão é a qualidade, não é só dar leite com

sucrilhos pro menino com biscoito recheado. Hoje algumas escolas já têm o café da manhã e o almoço, qualidade nutricional pr'aquele público direcionado. Eu acho que todos são beneficiados dentro desse sistema, desde que seja uma coisa permanente. O público do Restaurante Comunitário é beneficiado, a escola pública quando traz esse alimento, o beneficiário é a criança, o adolescente. São alimentos frescos, de alta qualidade, que tem um impacto direto na produção, além de ser alimentos produzidos localmente, então tem toda uma relação com a cultura alimentar local. Há um impacto muito forte no cardápio, nas refeições sendo oferecidas, de proteção e promoção social. [...]” (Grifo nosso)

Categoria C – DSC: *“[...] Potencialidade, ele tem com certeza. A vantagem é, justamente, ele tendo um mercado garantido, sem atravessador, com pagamento, um comprador que vai pagar nas datas certas, vai mantê-lo funcionando ali... o custo desse alimento diminui, porque a aquisição é local, e também a questão da própria logística. O agricultor está mais perto da sua localidade, então é menos recurso com o transporte, você perde menos. escoamento de produção pelas estradas brasileiras, você perde muita coisa... diferente sair daqui pra abastecer o Distrito Federal. O produto chegaria, se for feito o transporte de maneira adequada, em tempo muito mais rápido que se vier de outro estado. Então, a perda sendo menor, tudo vai gerar um custo menor e um benefício maior também pro agricultor. [...]”*

Categoria D – DSC: *“[...] Os agricultores teriam um mercado grande, eles teriam a garantia de produzir, se vai ter pra quem vender. Com o mercado institucional, você tem a segurança de que se o mercado*

convencional derrubar o preço, você tem pra quem vender. Essa regulação do estoque e da procura é o que dá a maior vantagem para a agricultura familiar e para o processamento da reforma agrária. [...]"

A valorização social e econômica também é uma temática muito presente nas produções científicas sobre a agricultura familiar e os circuitos locais de produção. Já é um consenso que o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura de base familiar e local, garantem a melhoria da qualidade de vida no meio rural e cria condições sociais melhores para os produtores, que tem resgatadas as suas dignidade e cidadania (MALUF, 2004; TRICHES & SCHNEIDER, 2010).

No estudo, já citado, desenvolvido por Weathrell, Treager e Allinson, no Reino Unido, essa percepção de desenvolvimento social e econômico local, é ponderada pelos consumidores entrevistados, que preferiam comprar aqueles alimentos produzidos localmente e que tinham relação com a sustentabilidade social, econômica e ambiental (WEATHRELL, TREAGER e ALLINSON, 2003), pensamento esse consonante com o DSC da Categoria A.

Além dos benefícios sócio-econômicos locais, foram apontadas, no estudo, as vantagens com relação ao consumo de alimentos de maior qualidade nutricional (WEATHRELL, TREAGER e ALLINSON, 2003). Discurso também presente em outras produções científicas, como o estudo realizado por Starr et al. (2003), que salienta como a inserção de produtos da pequena agricultura local fornecem aos equipamentos públicos de alimentação, alimentos de maior qualidade, além de estarem associadas a práticas educativas de alimentação e nutrição, refletindo no maior interesse por consumo de alimentos sazonais, frescos e locais (STARR et al., 2003). Pensamento esse também expresso no discurso coletivo da Categoria B.

O estudo desenvolvido por Triches & Schneider (2010), consistiu na identificação de desafios e contribuições da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar (PAE). Foram desenvolvidas entrevistas com os atores relacionados

à alimentação escolar sobre a percepção do impacto que a agricultura familiar trouxe para a merenda escolar. Contatou-se que a aquisição de produtos de agricultores familiares, dos municípios pesquisados, proporcionou mudanças nas práticas alimentares das crianças. Os depoimentos das merendeiras foram que: houve uma maior frequência de recebimento de produtos frescos, com maior variedade, qualidade, culminando na melhor aceitação das refeições. As crianças passaram a ingerir alimentos que antes não comiam, devido à melhor apresentação dos gêneros, como o milho e o tomate (TRICHES & SCHNEIDER, 2010).

Outro aspecto trazido pelos entrevistados é a facilidade no acesso de alimentos, quando são de produção local. Tal afirmação condiz com a logística de funcionamento da pequena produção familiar, que se situam em áreas rurais próximas da cidade, quando comparado àquelas produções de monocultura extensiva, que pelo grande tamanho da área de produção, geograficamente, ficam mais afastadas das áreas de abastecimento. Segundo o estudo de Starr et al. (2003), àquelas instituições que não realizam a aquisição de produtos produzidos localmente, estão mais expostos a possibilidade de pagar um preço muito mais alto, se for levada em conta uma melhor qualidade desejada pelo alimento (STARR et al., 2003), devido ao encarecimento implicado pelo transporte à distantes trajetos.

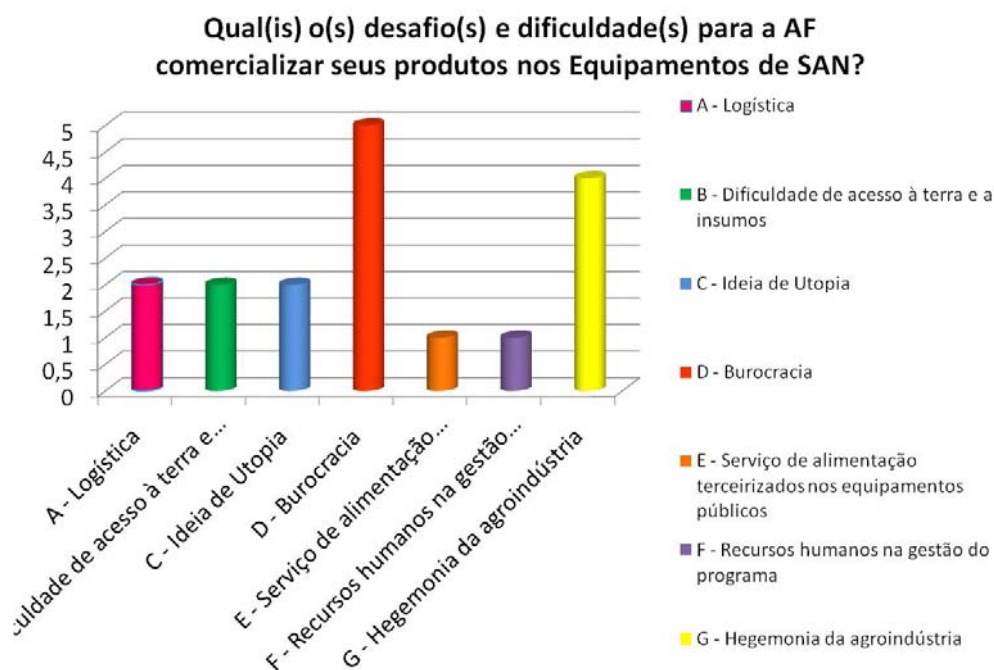
O DSC da Categoria D aponta como uma potencialidade o mercado institucional configurar-se como mercado seguro e grande. Essa potencialidade é também sugerida por Triches & Schneider (2010), que vão além e avaliam esse mercado como um impulsionador na necessidade de organização dos agricultores familiares: *“Um dos principais fatores de sucesso para a construção desses mercados acaba também beneficiando os próprios agricultores. A necessidade de organização e cooperação entre eles e suas entidades representativas e, finalmente, deles com o poder público para acessarem os mercados, acaba empoderando-lhes à medida que obtêm mais condições de sobrevivência e reprodução”* (TRICHES & SCHNEIDER, 2010).

TEMÁTICA: DESAFIOS

A abordagem da temática “Desafios” é contemplada na Questão 7 do roteiro semi-estruturado. Objetiva compreender sob a ótica dos entrevistados quais os desafios identificados para o estabelecimento da agricultura familiar nos equipamentos públicos de SAN do Distrito Federal, Restaurantes Comunitários e Banco de Alimentos.

Abaixo se encontra a Figura 10 com os resultados quantitativos referentes à Questão 7. O número total de respostas obtidas foi de n=17. O gráfico pode ser visualizado abaixo.

FIGURA 10. Gráfico com os resultados do número de respostas obtidas por categoria definida da Questão 7.



Devido à maior convergência de respostas para as Categorias A, B, C, D e G, estes foram os DSC construídos, considerados de maior relevância para o estudo.

Categoria A – DSC: “[...] Tem muitas queixas com relação à logística (ênfase) aqui no DF. É dificuldade com estradas, com o próprio veículo que vai fazer esse transporte, às vezes, não tem o veículo pra fazer a distribuição, nem gasolina, a estrada é ruim, é cheio de buraco, não tem acesso pra tá ampliando o negócio dele pro mercado institucional. [...]”

Categoria B – DSC: “[...] Eu acho que essas questões dos insumos e da terra. A gente sabe hoje que a agricultura familiar, na verdade, é a grande responsável pelo maior percentual de produção de alimentos que a gente consome, mas que ainda tem pouco incentivo. Na contrapartida, o percentual de terras onde elas ocupam e fazem essa produção é muito menor do que os grandes produtores. Tem menos terra e menos espaço. Tudo menos... menos incentivo, menos financiamento. Eu acho até que tem um bom nível de assistência técnica, que não estão sendo bem acessados. [...]”

Categoria C – DSC: “[...] Eu acho que ainda parece meio utópico. Os gestores públicos, talvez poucos, entendam a concepção, as Políticas de Aquisição Institucional. Têm muitos ainda que ficam com medo. Por isso que é uma questão delicada tem muito pra construir ainda, pra eleger a demanda garantida, mas que tem várias experiências que vem demonstrando que é possível que é viável, inclusive em alguns outros países que a gente vê, que funciona mas que tem toda uma contracultura, já reconhecem a importância de tá ali, de debater, de construir política inter-setoriais integradas, mas aqui no DF ainda não conseguiu fazer essa amarração, talvez leve mais algum tempo pra conseguir maturar uma proposta desse tipo. [...]”

Categoria D – DSC: “[...] A BU-RO-CRA-CI-A. Não é que não tenha que ter controle, mas isso dificulta nas Tomadas Públicas... Nem todo agricultor familiar tem uma organização burocrática. A burocracia toda com a qual o governo trabalha, dificulta muito quando tudo é licitado. [...]”

Categoria G – DSC: “[...] O sistema capitalista, esse sistema convencional... ele não tem interesse. Por que incentivar a agricultura familiar pra ela garantir, suprir, 100% da necessidade do abastecimento alimentar, da Segurança Alimentar e Nutricional? Eu estaria incentivando o meu adversário na competição pelo lucro. Os pequenos agricultores ficam, então, prejudicados. Acreditando que a luta social vai fazer mudar essa realidade, vai fazer transformar essa realidade e as pessoas e os consumidores de um modo geral percebendo que o nível de consciência ambiental, social, está crescendo... Eu acredito que vai chegar o dia que a agricultura familiar vai suprir a necessidade da Segurança Alimentar e o sistema capitalista do agronegócio, agricultura já instalada no Brasil, muito forte, muito organizada, muito tecnificada, vai entrar em decadência. [...]”

O desafio mais convergente foi a Categoria D “Burocracia”, respondida por todos os entrevistados. O DSC aponta que o governo e sua estrutura funcional são os grandes entraves para a real inserção dos agricultores familiares no mercado institucional de políticas e programas públicos garantidores de Segurança Alimentar e Nutricional. Tal resultado apresenta-se como uma contradição, já que o governo, em vista do reconhecimento da importância relevante que a pequena agricultura local e familiar tem em melhorar as condições sociais e econômicas e a qualidade de vida nas regiões urbanas e rurais, fundamentou leis no sentido de implementá-la no Programa de

Alimentação Escolar, além de buscar diminuir as dificuldades licitatórias pela permissão da compra direta (Lei nº 4.752, 7 de fevereiro de 2012).

Essa dificuldade na prática pode ser associada à falta de informação sobre as novas leis vigentes, além de uma, ainda incipiente, sensibilização pelo tema, como apontado na Categoria C (Idea de utopia). Os indivíduos atuantes nos equipamentos públicos, bem como aqueles associados, demonstram certo receio e insegurança quando se tratando da compra sem licitações. Muitas vezes, a escolha desses órgãos atuantes nos equipamentos é a escolha simplista de se avaliar o produto meramente pelo preço.

Nesse contexto, os agricultores familiares podem estar em desvantagem, já que as dificuldades relacionadas à Logística (apontada pela Categoria A) podem culminar em uma produção custosa para os pequenos agricultores, enquanto que as grandes indústrias agrícolas, por meio do mercado atacadista, oferecem produtos de menor qualidade, por um preço menor ainda (TRICHES & SCHNEIDER, 2010).

Dessa maneira, a ideia apontada pela Categoria E, apesar de ter apresentado uma baixa frequência de respostas (n=1), configura-se como uma causa relevante de dificuldade de inserir-se a agricultura familiar nos equipamentos públicos do Distrito Federal. O preço apesar de ter sido apontado pelo estudo de Starr et al. (2003), como um dos fatores menos significantes para a escolha de alimentos dos entrevistados, quando em uma escala ampla, como um mercado institucional, acaba tornando-se uma variável importante (Vide DSC da Categoria B, Questão 5).

Essa forte possibilidade de controle dos preços daqueles produtores agroindustriais relaciona-se à característica intrínseca do modelo de produção em larga escala, que permite uma regulação de baixos preços, associadas a produções numerosas, com baixa qualidade e alta concentração de agentes químicos, hoje adquiridos no país facilmente (ABRASCO, 2012). Essa forte hegemonia da agroindústria, apontada pelos entrevistados (n=4), foi dita como o segundo maior obstáculo para o

crescimento da Agricultura Familiar e associa-se fortemente à cultura atual de valorização do sistema econômico capitalista desagregado do bem-estar social.

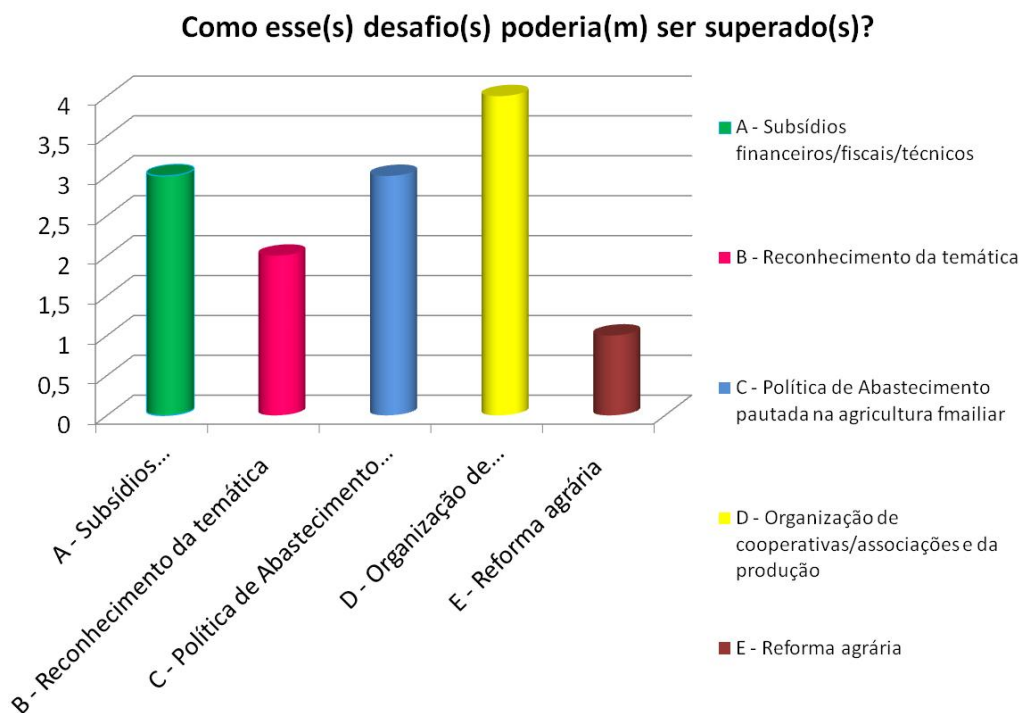
A dificuldade de acesso a terra e a insumos de produção (Categoria B) para os agricultores familiares é decorrente da pressão exercida pelo modelo hegemônico de produção, que domina o percentual de terras agricultáveis para produção monótona e pouco diversificada (CHIRIBOGA, 2003), que vai, predominantemente, de encontro com a cultura alimentar local. Portanto, essa dificuldade de acesso a elementos fundamentais para a produção é encontrada em produções familiares de toda a América Latina, conforme o estudo de Chiriboga (2003).

TEMÁTICA: PROPOSTAS

A abordagem da temática “Propostas” é contemplada na Questão 8 do roteiro semi-estruturado. Objetiva compreender sob a ótica dos entrevistados quais as soluções para os desafios identificados para inserir a agricultura familiar nos equipamentos públicos de SAN do DF, Restaurantes Comunitários e Banco de Alimentos.

Abaixo se encontra a Figura 11 com os resultados quantitativos referentes à Questão 8. O número total de respostas obtidas foi de n=13. O gráfico pode ser visualizado abaixo.

FIGURA 11. Gráfico com os resultados do número de respostas obtidas por categoria definida da Questão 8.



Há uma convergência de respostas nas Categorias D (n=4), A e C (n=3) e B (n=2). Abaixo estão os DSC.

Categoria A – DSC: “[...] Eu acho que acima de tudo é vontade política... eu acho que prioridade política se traduz em recursos, em financiamento e gente pra trabalhar na Política, nas ações e o apoio da sociedade civil é fundamental, nesse sentido. Dar o apoio com capacitação técnica e com alguns insumos e com algum recurso, crédito... capacitação, das famílias, levando em consideração a capacidade e o sistema de produção, a capacidade do que produz aquela terra e qual o tipo de cultura é mais rentável, mais adaptada àquela realidade. Essa questão do acompanhamento técnico ele é necessário. É Políticas Públicas, tanto do ponto de vista do financiamento, quanto do ponto de vista de incentivo à produção e (ênfase) uma das coisas que é fundamental é a agregação de valor. Se

der condições das famílias produzirem, se der equipamentos e espaços, eu acho que eles têm condições de competir com os que vem de outro estado, teriam condições de atender a um preço abaixo do que é praticado hoje no mercado. [...]"

Categoria B – DSC: “[...] Reconhecimento da importância da temática. Quanto mais a gente conseguir que a agricultura familiar tenha espaço, que apareça, que tenha financiamento e as pessoas também valorizem, dêem valor pra essa produção local, consumo local, eu acho que vai aparecendo mais. Dentro de uma concepção de educação, nós temos que mostrar para as crianças como é que trabalha a terra, que as coisas não vêm do supermercado, elas têm um processo pra chegar até lá. [...]" (Grifo nosso)

Categoria C – DSC: “[...] Nós temos que enfrentar o debate da matriz tecnológica, transição agroecológica. Eu acho que produção não é um problema de tecnologia, tecnologia nós já temos, ela é uma questão de acesso desses agricultores a essa tecnologia, a legislação sanitária, que aí sim precisa de fato avançar pra dialogar mais com essa nova realidade. Programa de fortalecimento e de consolidação da agricultura familiar, incentivo do governo, uma legislação adequada e cooperativista.... facilitaria bastante e acabaria o produtor tendo um preço melhor. É preciso reconstruir o que sumiu e nesse tomar de consciência elas vão dando a oportunidade pra mudança no conceito de produção, no conceito de consumo, no conceito social, no conceito econômico e aí há oportunidade pra agricultura familiar se multiplicar nas suas experiências sustentáveis, vai fazendo com que as coisas mudem de forma mais acelerada, sem ilusão. Esse é um processo

longo, futuro, mas eu acredito que nós vamos chegar no dia de ter uma civilização mais socialmente justa, mais ambientalmente consciente e, ao mesmo tempo, sustentável e economicamente viável. [...]” (Grifo nosso)

Categoria D – DSC: *“[...] Tem que ter uma organização pra que aqueles produtores consigam chegar, porque um produtor sozinho não consegue chegar no mercado. Ou os agricultores familiares avançam na sua organização econômica... as cooperativas ou elas avançam, ampliam sua base de associados ou formam centrais de cooperativas, complexificam a organização econômica ou não avançaremos. Eu acho que a melhor maneira é a orientação dentro de uma coisa mais organizada. E elaborar o Plano de Negócio, com a comunidade, pra saber o que plantar, onde vou vender, pra quem vender, que forma vender e por quanto, levando em consideração que o objetivo é fugir do atravessador, é produzir de forma sustentável, vender direto pro consumidor, garantir a Segurança Alimentar e o excedente servir pra garantir também a mesa de outras pessoas que não têm atividade produtiva. [...]”*

A necessidade de incentivo fiscal, financeiro e técnico é apontada pelo estudo de Triches & Schneider (2010) como um dos aspectos mais relevantes. Por meio da avaliação de várias entidades executoras do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), identificou-se que aquelas que obtiveram sucesso, quanto à inserção da agricultura familiar na alimentação escolar, receberam auxílio relevante de entidades representativas como as de Assistência Técnica e de Sindicatos rurais, que assessoravam e capacitavam os agricultores, ao passo que levavam às instituições

públicas suas necessidades, de forma a propor ações que facilitassem o acesso desses produtores aos mercados (TRICHES & SCHNEIDER, 2010).

Outro importante incentivo trata-se do político. Os entrevistados apontaram a importância de se criar uma Política de Abastecimento pautada na agricultura familiar (DSC Categoria C). O incentivo por meio da criação de leis que favorecem o desenvolvimento da agricultura familiar e a, conseqüente, organização, é um aspecto relevante para diminuir as dificuldades de acesso aos elementos fundamentais para a produção alimentar local, sustentável e adequada. Entretanto, essa legislação não pode se constituir como mais um entrave devido a possíveis burocracias administrativas.

A necessidade de repensar as exigências higiênico-sanitárias é apontada, também, por Triches & Schneider (2010): *“Outra dificuldade enfrentada na aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PAE [Programa de Alimentação Escolar] foi o atendimento aos padrões de qualidade normativos [...], como os registros do produto e do estabelecimento nas respectivas instâncias responsáveis [...]”* (TRICHES & SCHNEIDER, 2010). A construção de políticas associativas à agricultura familiar implica, portanto, nas exigências de parâmetros que são passíveis de se exigir, quando se considerando uma produção que não é usualmente mecanizada ou modernizada e que apresenta qualidade nutricional.

A sensibilização (Categoria B) de todos os gestores públicos e da comunidade pelo tema é fundamental para a regulação das políticas públicas que estejam vinculadas à Segurança Alimentar e Nutricional, a fim de que seja um modelo democrático e subordinado aos interesses da coletividade (ABRANDH, 2010).

A maior convergência de respostas para a Categoria D “Organização de cooperativas/associações e da produção”, revela o enfoque dos discursos, condizente com o pensamento de especialistas sobre o tema. Para Maluf (2004), *“Os obstáculos e as principais demandas de apoio dos agricultores para implementarem empreendimentos nessa direção referem-se à sua organização, visando estimular o associativismo baseado em pequenos grupos, às técnicas de produção para aprimorar o processamento ou a*

transformação da matéria-prima à gestão dos empreendimentos nos seus componentes administrativo-contábil, mercadológico e financeiro”.

É necessário incentivar a organização dos agricultores familiares em cooperativas ou associações econômicas, pois essa se torna uma forma de inserção competitiva no mercado. Afinal, essas organizações podem estar atuando no sentido de minimizar os custos de comercialização dos produtos, no custo de insumos, créditos, tecnologia e informação. Além desse aspecto, preservar a autonomia e a capacidade de gestão dos associados é fundamental para a articulação, tanto com o mercado de forma geral, como com o governo e as políticas de incentivo, a fim de estar sempre realizando a readequação das leis, caso necessário, e o monitoramento social (CHIRIBOGA, 2003).

CONCLUSÃO

O estudo permite identificar a íntima relação existente entre o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a maioria dos indivíduos entrevistados. De forma geral, a visão dos entrevistados sobre tal conceito é ampla e abarca de forma completa o entendimento, que vai desde a forma de produção até a condição de acesso físico do alimento, perpassando pelas relações sociais e econômicas. Conceitos aliados recentemente à SAN, como a Soberania Alimentar, são trazidos no Discurso do Sujeito Coletivo, demonstrando engajamento com a temática.

Os sujeitos demonstram tendências simpáticas à promoção de circuitos locais de produção, entendendo esse modelo produtivo como uma forma de se garantir SAN, trazendo à prática todas as dimensões conceituadas. Entretanto, essa reestruturação para um novo modelo hegemônico de produção, é conquistada de maneira paulatina, fazendo-se necessário modificar primeiramente a cultura do sistema econômico, além de uma conscientização da comunidade para o tema.

No Distrito Federal, a inserção da agricultura familiar no mercado institucional dos Restaurantes Comunitários e Banco de Alimentos deverá percorrer muitos obstáculos: capacidade de melhor organização e estruturação de cooperativas e associações de agricultores familiares locais, a fim de inseri-los no engajamento político e econômico dos mercados; incentivo governamental, por meio da criação de uma Política de Abastecimento da Agricultura Familiar, lembrando-se de minimizar todas as possíveis burocracias, como demasiadas exigências de documentações, além daquelas higiênico-sanitárias; subsídios fiscais, financeiros e técnicos acessíveis àqueles agricultores com maior dificuldade de produção, valorizando principalmente as técnicas de produção sustentável; orientação e sensibilização das empresas atuantes nos equipamentos públicos de SAN à, preferencialmente, comprarem de agricultores locais como à exemplo do que é feito com as escolas no PNAE; e infra-estrutura local para um escoamento mais eficiente da produção familiar.

De acordo com os resultados encontrados nos Discursos, observa-se a existência de um ambiente favorável à inserção da agricultura familiar, principalmente no que se refere à valorização dessa forma produtiva, após suscitar-se a reflexão, mesmo com todas as adversidades apontadas. A organização dos pequenos agricultores em cooperativas e associações, que dialoguem com as Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, é um passo inicial fundamental a ser dado. Do outro lado, o governo e os gestores públicos devem iniciar um processo de readequação da utilização das terras agricultáveis, por meio do processo de reforma agrária, além do incentivo de cadeias curtas de produção por meio da criação e divulgação de leis que valorem e incentivem a compra da agricultura familiar, principalmente nos editais de contratação das empresas atuantes nos Restaurantes Comunitários.

A pesquisa apresenta limitações, quando se tratando do número de indivíduos entrevistados, podendo constituir-se como viés na construção dos Discursos do Sujeito Coletivo. Além do universo pequeno de entrevistados, a pesquisa enfoca apenas o Programa Nacional de Alimentação Escolar, como uma experiência já em andamento, o que pode limitar a comparação dos resultados encontrados, quando se tratando das adversidades e mecanismos de superação dos obstáculos apontados neste estudo.

O estudo permite ainda alertar para a necessidade de maiores pesquisas a respeito de experiências já conquistadas com a inserção local da agricultura familiar em todo o país, a fim de compartilhar experiências bem-sucedidas e dificuldades encontradas para uma maior possibilidade de debate entre as organizações sociais. É muito incipiente ainda o debate sobre a reestruturação de novos modelos produtivos descentralizados, principalmente quando localizado fora da região Sul do país. O debate dentro da comunidade acadêmica e científica pode ser um catalisador para que a temática passe a ganhar espaço e toque a comunidade no sentido de discutir conjuntamente propostas de superação dos possíveis entraves.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANDH. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília, DF, 2010.
- ABRASCO. **DOSSIÊ ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde.** World Nutrition, Rio de Janeiro, 2012.
- BELIK, W & CHAIM, N. A. **O programa de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local.** Rev. Nutr., Campinas, 22(5):595-607, set./out., 2009.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. 2006.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. 2009.
- BRASIL. EDITAL MDS/SESAN Nº 05/2012 – Seleção Pública de Propostas para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos em Centrais de Abastecimento. 2012.
- BRASÍLIA. Lei nº 4.085, de 10 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências. 2008.

- BRASÍLIA. Decreto nº 33.329, de 10 de novembro de 2011. Regulamenta a Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011, que institui o Plano pela Superação da Extrema Pobreza – DF sem Miséria, e dá outras providências. 2011.
- BRASÍLIA. Lei nº 4.752, de 07 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre a criação do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF e dá outras providências. 2012.
- BURLANDY, L.; BOCCA, C.; MATTOS, R. A. **Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional.** Rev. Nutr., Campinas, 25(1):9-20, jan./fev., 2012.
- CAISAN. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2012/2015.** Brasília, DF, 2011.
- CAMPOS, C. S. S. & CAMPOS, R. S. **Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil.** Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais, Universidade de Barcelona, Vol. XI, núm. 245 (68), 1 de agosto de 2007.
- CARVALHO, L. A. **Utilização de software na construção do Discurso Social Coletivo em pesquisa “Qualiquantitativa” sobre formação de professoras.** Formação de professores. n.08. São Paulo: INSECENSA, 2007.
- CASTRO, J. **Geografia da Fome – O dilema brasileiro: pão ou aço.** 8ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 318 p.
- CHIRIBOGA, M. **Desafios de La Pequeña Agricultura Familiar Frente a laGlobalización.** Boletín Inter Cambios, Santiago de Chile, v. 2, n. 13, abr. 2002.
- IBGE. Censo agropecuário 2006: **Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acessado em: 19 de outubro de 2012.
- FAUTH, E. M. **Agricultura familiar: evolução favorável em anos recentes.** Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 35 n. 4, p. 51-60, 2008.

- GUANZIROLI, C. E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007.
- KAMIMURA, A.; OLIVEIRA, A.; BURANI, G. F. **A agricultura familiar no Brasil - um retrato do desequilíbrio regional**. Interações, Campo Grande, vol.11, n.2, pp. 217 – 223, 2010.
- LEFÈVRE, F. & LEFÈVRE, A. M. **O sujeito coletivo que fala**. Interface – Comunic. Saúde. Educ. v.10, n.20, h.20, p.517-24, jul/dez. 2006.
- MALUF, R. S. **Ações públicas locais de abastecimento alimentar**. São Paulo-SP, Polis Papers: Polis Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais, n.5, 42p., 1999.
- MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.
- MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. **Caderno ‘segurança alimentar’**. Disponível em <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias_Maluf_Menezes_2000_por.pdf>, 35p. 2002. Acessado em 28 de janeiro de 2013.
- MDS. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**. Brasília, DF. 2012.
- MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 12ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. 407p.
- MULLER, A.L. **A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2007 (Dissertação de mestrado).

- POF. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009: Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil**. Rio de Janeiro, 2011.
- RODRIGUES, A. J. Metodologia científica. São Paulo: Avercamp, 222 p. il., 2006.
- ROSA, M. V. P. F. C. & ARNOLDI, M. A. G. C. **A Entrevista na Pesquisa Qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. Edição 1º. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 112p.
- SEDEST. Secretaria do Desenvolvimento Social e Transferência de Renda. Disponível em: <<http://www.sedest.df.gov.br/seguranca-alimentar/restaurantes-comunitarios.html>>. Acessado em: 21 de janeiro de 2013.
- STARR, A.; CARD, A.; BENEPE, C.; AULD, G.; LAMM, D.; SMITH, K.; WILKEN, K. **Sustaining local agriculture: barriers and opportunities to direct marketing between farms and restaurants in Colorado**. Agriculture and Human Values 20, 301–321, 2003.
- TRICHES, R. M. & SCHNEIDER, S. **Reconstruindo o elo perdido: A reconecção da produção e do consumo de alimentos através do programa de alimentação escolar no município de dois irmãos (RS)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 17(1): 1-15, 2010.
- VAITSMAN, J. & PAES-SOUSA, R. **Avaliação de Políticas e Programas do MDS: Resultados: Segurança Alimentar e Nutricional**. Volume I. Brasília, DF: MDS/SAGI, 2007. 412 p.
- WEATHRELL, C.; TREGGAR, A.; ALLINSON, J. **In search of the concerned consumer: UK public perceptions of food, farming and buying local**. Journal of Rural Studies, Volume 19, Issue 2, April, Pages 233-244. University of Newcastle, UK. 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Roteiro de Entrevista Semi-Estruturado

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A AGRICULTURA FAMILIAR E OS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA

ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO DISTRITO FEDERAL

Identificação do entrevistado por meio do setor de representação:

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

- Segurança Alimentar e Nutricional é definida como “*a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis*”. De forma prática e no cotidiano como você entende a promoção da SAN e a realização desse direito?
- O(a)Sr(a) acredita que a forma como produzimos e consumimos alimentos atualmente está em consonância com esse conceito?

Circuito Curto de Produção e Agricultura Familiar

- Sabendo que os circuitos curtos de produção, abastecimento e consumo se definem como uma produção alimentar local, destinada ao autoconsumo e ao fornecimento local dos gêneros alimentícios, ancorada na formação de laços de identificação social (entre produtor e consumidor) e, por isso, sustentada pela agricultura familiar, o que o Sr(a) pensa de um sistema agroalimentar definido por um circuito curto? Acredita que ele está em consonância com o conceito de SAN?
- Há uma proposta de se estabelecer a compra preferencial de produtos da agricultura familiar para os programas públicos de SAN? Qual sua opinião sobre esta proposta?

- Acredita ser necessária, por exemplo, a criação de legislação que recomende a compra da AF para os equipamentos públicos de Alimentação e Nutrição do DF?

Mercado Institucional – Potencialidades e Desafios

- Qual(is) a(s) potencialidade(s) ou vantagem(ns) de se garantir e promover o acesso dos agricultores familiares ao mercado institucional dos equipamentos públicos de Alimentação e Nutrição? Em outras palavras, quais seriam os benefícios?
- Qual(is) seria(m) o(s) principal(is) desafio(s) e dificuldade(s) para que os agricultores familiares possam comercializar seus produtos para os programas públicos, por exemplo, como o Banco de Alimentos e os Restaurantes Comunitários?
- Como estes desafios poderiam ser superados, em sua opinião?

APÊNDICE 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar do projeto “A Agricultura Familiar e os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal”. O objetivo desta pesquisa é investigar as potencialidades e os desafios em articular uma produção de cadeia curta vinculada à agricultura familiar e possibilitar o abastecimento dos programas e equipamentos públicos de alimentação e nutrição do Distrito Federal (DF), promovendo um aumento e incentivo no consumo de produtos oriundos dessa cadeia produtiva.

A pesquisa consistirá na coleta de discurso dos gestores públicos dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição do DF, da associação de agricultores familiares e entidades sociais relacionadas. Para tal, será realizada entrevista por meio de um roteiro semi-estruturado. A entrevista será gravada conforme a autorização para o uso de som (voz do entrevistado), permitida conforme assinatura deste termo, e transcrita, posteriormente, para melhor fidedignidade e qualidade da análise a ser feita dos Discursos dos Sujeitos.

A entrevista terá duração de, aproximadamente, uma hora, podendo estender-se de acordo com os relatos obtidos. O tempo é apenas estimado e, portanto, pode variar.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e ainda é assegurado que seu nome não constará em nenhuma parte da pesquisa, sendo mantido o rigoroso sigilo por meio da omissão de informações que possam vir a identificá-lo(a).

Não foram identificados desconfortos reais para essa pesquisa, entretanto, em termos gerais, o entrevistado pode estar diante da possibilidade de não saber responder a certo questionamento, não devendo preocupar-se com esse fato.

Informo que o(a) Senhor(a) pode se recusar a responder qualquer pergunta contida na entrevista, que lhe traga ou não constrangimento, podendo desistir da participação na pesquisa em questão a qualquer momento, sem risco de prejuízo para si. Sua participação é voluntária e, portanto, não inclui a possibilidade de pagamento pela colaboração.

A pesquisa em questão apresenta o caráter de diagnosticar as atuais relações existentes entre a agricultura familiar e o mercado institucional. Nesse sentido, a entrevista coletada tem o intuito de problematizar de forma qualificada a inserção da agricultura familiar na produção alimentar local, sendo considerado tema importante no escopo da agenda pública de ações de Segurança Alimentar e Nutricional, não implicando em risco para o entrevistado, mas sim benefícios para uma coletividade que utiliza os equipamentos públicos de Alimentação & Nutrição do DF.

Posteriormente, os resultados da pesquisa serão divulgados pela Instituição de Ensino Universidade de Brasília podendo ser publicados. Os dados e materiais da pesquisa permanecerão sobre a guarda do pesquisador, durante todo o período de pesquisa e pós.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação a esta pesquisa, por favor telefone para: Professora Doutora Elisabetta Recine na Instituição de Ensino Universidade de Brasília, no telefone: (61) 33072508, no horário de 8h às 17h.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. Dúvidas com relação ao TCLE ou aos direitos do entrevistador podem ser sanadas por meio do telefone (61) 31071947.

Este termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontra-se redigido em duas vias, uma deverá permanecer com o pesquisador responsável e outra com o entrevistado.

Entrevistado

Assinatura

Entrevistadora

Assinatura

Pesquisadora Responsável

Assinatura

Brasília, ____ de _____ de _____

ANEXO 1

Protocolo de Realização da Entrevista

- O entrevistador deve ter como ponto de partida toda a visualização do contexto externo, cultural e histórico em que está inserido o sujeito a ser pesquisado, e mesmo o conteúdo da pesquisa em questão.
- O entrevistado deve ter ciência de que a atribuição de **validade de dados** obtidos exige um **esforço teórico**.
- O uso da teoria adequada pode conduzir o entrevistador a verificar lacunas no seu conhecimento da realidade e, ao mesmo tempo, apesar de parcial, serve de referencial explicativo para os resultados que vão sendo observados.
- Sugere-se que os questionamentos sejam feitos numa **sequência lógica** e, de preferência, **iniciando-se por perguntas mais fáceis e diretas**, para que posteriormente sejam introduzidas as que exigem julgamento e reflexão.
- É necessário que se dê aos entrevistados, desde o início, a oportunidade de discorrer, sobre lembranças, visando facilitar que os informantes naturalmente se vinculem ao entrevistador e principiemos a falar sobre o tema, instalando-se aí, também, as noções de credibilidade.
- Toda entrevista eficaz deve ter a cooperação total do entrevistado.
- O principal enfoque está na maneira de aplicação e condução da Entrevista e de suas técnicas, ficando a cargo exclusivo do entrevistador, do seu conhecimento integral sobre o tema e a metodologia científica.
- A real intenção desta entrevista é o diagnóstico da percepção de gestores e entidades relacionadas aos equipamentos públicos de SAN e a inserção da Agricultura Familiar neste mercado institucional.
- O entrevistador deve ser responsável por verificar a cultura, a sensibilidade, o condicionamento particular e social do entrevistado e do contexto do tema em

questão, e, o mais importante, os contextos sociais, espaciais e temporais em que a verificação será efetivada, dando ênfase especial aos aspectos emocionais e afetivo do entrevistado, para que ocorra a real valorização e efetivação da pesquisa.

- Estabelecer vínculo e confiança com o entrevistado.
- A interação é o marco responsável por definir, delimitar ou pautar novos questionamentos, no momento da realização da Entrevista.
- A **subjetividade não deve ser expulsa nem evitada**, mas sim controlada pelos recursos metodológicos.
- **Respostas** dadas pelos entrevistados são, na maioria das vezes, emitidas **sem muita reflexão**, cabendo ao entrevistador saber categorizar e selecionar as respostas, às vezes, até solicitando maiores **esclarecimentos**.
- Os questionamentos devem ser claros e objetivos e com ausência de opinião do entrevistador.
- É necessário que o entrevistador esteja descontraído e que em hora alguma demonstre pressa ou autoritarismo. Ele deve se transformar no próprio *amigo* do entrevistado.
- É aconselhável o *ponto de contato inicial*.
- A *motivação* é um aspecto primordial para que a Entrevista se realize a contento. Estabelecimento de vínculo afetivo = confiabilidade e resultados fidedignos.
- Os entrevistados têm por dom *desviar a condução* da entrevista, entretanto esses desvios podem levar a resultados reais, dependendo da condução do entrevistador.
- O pesquisador deverá estar **habilitado física e psíquicamente** para o desenvolvimento e aplicação da entrevista, por meio da formulação inesperada de questões. Deve ter realizado pesquisa profunda, dentro do conhecimento científico do tema.

- O entrevistador deve utilizar-se de **vocabulário simples, claro, objetivo e inteligível**.
- Nas entrevistas é o nível de *saturação* que leva aos resultados finais. Os questionamentos só terminam quando não se encontram mais dados adicionais.
- Ao sujeito entrevistado cabe a preferência da decisão sobre o local, devendo este ser atendido. O entrevistador deve proporcionar-lhe privacidade e tranquilidade.